

A Autonomia da Geórgia e a Política Externa Russa. Uma análise do Cáucaso à Luz da Teoria da Regionalização

Paulo Francisco Cunha Dinis

**Dissertação de Mestrado em
Estudos Políticos de Área**

Junho de 2013

**Dissertação apresentada para cumprimento
dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em
Estudos Políticos de Área, realizada sob a orientação científica
da Professora Catedrática Regina Salvador**

Paulo Francisco Cunha Dinis

Dissertação de Tese Mestrado em Estudos Políticos de Área

Junho de 2013

**Ao meu avô Silvério,
Pela Preserverança na busca da Luz!**

AGRADECIMENTOS

Há contributos diversos que devem ser realçados. A todos aqueles que me ajudaram a levar por diante esta tarefa, os meus sinceros agradecimentos.

À minha orientadora, Professora Doutora Regina Salvador pela paciência ao longo deste ano. Foi muito proveitoso para me manter na direção certa. Estou grato pela liberdade de ação, pelos conselhos e forma como orientou o meu trabalho.

Aos professores da componente teórica do mestrado pelos ensinamentos e perspetivas. Ao Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira, à Professora Doutora Manuela Franco, à Professora Doutora Carla Fernandes, à Professora Doutora Teresa Botelho.

Ao Senhor Professor Adriano Moreira pela gentileza da sua participação e por partilhar comigo ensinamentos valiosíssimos.

À Dr^a Marta Castro pela ajuda imensurável quando as resistências pareciam intransponíveis.

À minha mulher Manuela Cunha pelo incansável apoio e intermináveis leituras.

Ao Coronel José Fânzeres pela transmissão e partilha de conhecimentos e ajuda na pesquisa bibliográfica.

Ao Professor Doutor Paulo Bessa pela despertar da consciência para o tema e caminhos possíveis.

Ao Excelentíssimo Luis Almeida pela partilha de conhecimentos e pela ajuda no contorno a bloqueios.

À Mestre Marta Ceia pela ajuda na pesquisa de fontes de informação e partilha de conhecimentos.

A todos aqueles que de qualquer modo não é possível nomear e que contibuiram para levar a bom termo este trabalho.

A AUTONOMIA DA GEÓRGIA E A POLÍTICA EXTERNA RUSSA. UMA ANÁLISE DO CÁUCASO À LUZ DA TEORIA DA REGIONALIZAÇÃO.

PAULO FRANCISCO CUNHA DINIS

RESUMO

No século XXI continuam a existir conflitos na região do Cáucaso do Sul que são transversais a todo o espaço pós-sovético. Os recursos naturais, as clivagens étnicas, a multiplicidade de diásporas e o projeto de “Império Liberal Russo” interferem na autonomia dos Estados, em particular na Geórgia. É neste contexto que analisamos a evolução da independência georgiana à luz da integração regional.

Esta dissertação debruça-se sobre a influência da interação e da conjugação dos fatores territorial, étnico, social e económico na soberania e inviolabilidade das fronteiras georgianas consoante o jogo de interesses no eixo Rússia / Ocidente.

A análise à conflitualidade dos interesses ocidentais (EUA, UE, OTAN) com a Federação Russa permitiu observar a direção do trajeto que a Geórgia tem vindo a traçar, contornando obstáculos internos e externos na demanda pela sua integração nas estruturas ocidentais. Neste cenário é visível a existência de interdependências económico-sociais entre a Geórgia e os seus vizinhos e que, desde a sua independência, interagem no processo de democratização, nos projetos regionais de exploração das energias fósseis e na melhoria de corredores de circulação de recursos.

A problemática será marcada pela diversidade de posições, objetivos e instrumentos que as estratégias inserem nas relações externas. A dualidade georgiana de aproximação / afastamento face à Rússia estará sempre presente nas dinâmicas políticas e económicas consoante a posição russa em aceitar uma maior ou menor intervenção ocidental no “Vizinho Próximo”.

Palavras-chave: Geórgia, Rússia, Ocidente, Políticas Externas, Interesses Geoeconómicos e Integração Regional.

ABSTRACT

In the 21st Century conflicts remain present in the Southern region of Caucasus. The natural resources, the ethnical differences, the several migrations, and the “Liberal Russian Empire” tend to pressure the States’ autonomy, particularly in Georgia. In this context we aim to analyze Georgia’s evolution to independence taking into account its regional integration.

This dissertation focuses on the influence of several factors such as territory, ethnic and social differences, and economy over sovereignty, along with the dynamics of interests between Russia and the Western Countries.

The analysis of western interests (USA, EU, NATO) and those of the Russian Federation enables us to see the trajectory that Georgia has been tracing and how it is overcoming the internal and external obstacles to further its integration into the Western structure. In this scenario it is possible to point out the existence of socio-economic dependences between Georgia with its neighbors which since their independence work together in projects related with the democratic process, fossil energy, and the improvement of services’ circuits.

This journey is coloured by the different positions, goals, and approaches that are implemented by the parties in their external affairs strategies. Georgian’s dichotomy of proximity/distance to the Russian will constantly be present as a crucial factor in their political and economic relationship, and is tied to Russia’s acceptance or not of Western influence in its close neighbor.

Keywords: Georgia, Russia, West, External Politics, Economic and Geographical Interests, Regional Integration.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1: O Cáucaso	4
I. 1. Uma Breve Monografia	4
I. 2. A Força do Regionalismo no Cáucaso do Sul.....	6
I. 3. A Elasticidade nas Fronteiras do Cáucaso	7
Capítulo 2: Enquadramento Teórico	9
2. 1. Grandes conceitos: Nacionalismo, Federalismo e Regionalismo....	9
2. 2. O Nacionalismo.....	10
2.3. O Federalismo	12
2.4. O Regionalismo.....	14
2.5. Abordagem à Integração Regional dos Territórios	15
2.6. O Funcionalismo	16
2.7. O Neo-funcionalismo	17
2.8. O Intergovernamentalismo.....	18
Capítulo 3: Uma Visão Geohistórica e	
Geoeconómica do Cáucaso	20
3. 1. A História Antiga	20
3. 1.1. A Geórgia	21
3. 1.2. A Arménia	23
3. 1.3. O Azerbaijão.....	24
3.2. A História Recente	25
3.2.1. A Geórgia	26
3.2.2. A Arménia	28

3.2.3. O Azerbaijão.....	29
3.3. As Relações Internacionais no Cáucaso do Sul.....	30
3.4 Os Recursos Naturais	31
3.4.1. Os Oleodutos e Gasodutos na Disputa pelos Hidrocarbonetos.....	33
3.5. A Economia Transcaucasiana Pós-Soviética.....	35
3.5.1 A Geórgia	38
3.6. A População Caucasiana.....	43
3.6.1. A População Caucasiana no Período Soviético.....	44
3.6.2. A População do Cáucaso do Sul Independente	45
3.7. A Indentidade da Geórgia	47
3.7.1. A Desunião Étnica e a Tentativa de Homogeneização da População.....	48
3.7.2. A Complexidade Étnica na Relação Geórgia-Rússia.....	48
Capítulo 4: A Geórgia e a Rússia, Últimos Dez Anos.....	50
4. 1. O Fim de uma Lua de Mel	50
4.2. A Oportunidade Criada com a Guerra Rússia-Geórgia de 2008	52
4.3. A CEI como Barreira ao Ocidente	55
4.4. A Questão da regionalização na Geórgia	58
Conclusão.....	61
Bibliografia	66
Anexo 1 Entrevista ao Senhor Professor Adriano Moreira	73
Anexo 2 Mapas	75
Anexo 3 Gráficos	77
Anexo 4 Tabela	79

INTRODUÇÃO

Seguindo a orientação do Presidente georgiano, Mikheil Saakashvili, para restaurar a integridade territorial da Geórgia fomos à procura do que originou este programa político que teve, tem e terá repercussões regionais nas relações entre os Estados ex-soviéticos e afetam as relações com as Instituições e Estados Ocidentais.

A nova ordem mundial e o processo de transição política após a desintegração da URSS trouxeram um momento complexo à história da Geórgia e da Federação Russa onde a mudança fez desaparecer estruturas estabelecidas. Fomentou novas oportunidades progressistas e com elas surgiram grandes riscos de instabilidade política e fragmentação social.

As mudanças política, económica e estratégica acontecem a um ritmo vertiginoso no palco internacional, por vezes permitem a cooperação outras a competição. Na região do Cáucaso do Sul a dimensão interna e externa confunde-se consoante a direção da política externa dos Estado. O vislumbre de soluções adensa-se com as fissuras no relacionamento entre a Rússia e a Geórgia. No momento de concluirmos alimentamos por vezes a sensação de deriva porque as previsões são desafiadas por qualquer acontecimento novo, podendo surgir desalinhado com um dos intervenientes.

A Guerra Rússia-Geórgia de 8 de agosto de 2008 foi um acontecimento para o qual nos dirigimos e de onde partimos na busca da lógica justificativa da tensão complexa crescente das relações da Rússia com o mundo e que encontraram na Geórgia o ponto incidente do desenvolvimento de geoestratégias de acordo com a conveniência dos interesses dos Grandes Estados.

A procura de uma política russa equilibrada juntou-se à luta pela contenção da China, por uma relação assertiva com os Estados Unidos da América (EUA) e uma assimetria com a União Europeia (UE). São projetadas proximidades e distâncias que se articulam com a influência e o controlo junto do “Vizinho Próximo”. A Comunidade de Estados Independentes (CEI) é considerado um espaço vital nas dinâmicas do binómio interno-externo, à qual é dada a primazia russa, quer no seu orçamento, quer na priorização do espectro de ação. Assiste-se ao crescendo de valor na permanência dos seus membros, mas estes têm sido espectadores do posicionamento da organização de acordo com os interesses russos. A saída voluntária da Geórgia é legítima porque a

guerra com a Rússia alterou os pressupostos de homogeneização do espaço ex-soviético onde os Estados membros estariam a salvo de interferências externas na sua soberania. A formulação de um posicionamento dominante da Rússia perturbou a equidade e igualdade anunciada nos estatutos atribuídos ao objetivo da organização.

Foi imperativo recorrer às experiências passadas no sentido de encontrar respostas e corrigir possíveis erros na análise ao poder e influência das grandes potências sobre a Região Transcaucasiana, que lhes serve os interesses energéticos.

Foi necessário utilizar diversos e variados recursos no cruzamento de informação para conseguirmos a explicação límpida da realidade através da construção de gráficos, tabelas e considerações, livres de “sombras” que por vezes ofuscam os juízos analíticos.

Analisa-se a circunstância política da Geórgia, recetora da atenção russa, focalizada no trajeto georgiano de aproximação e desejo de integração nas estruturas do Ocidente, contrariando assim a força de domínio crescente do grande vizinho do norte, que olha para este “parente ingrato” capaz de renegar a cooperação regional. A intervenção militar parece querer destruir os princípios soberanos da democracia que se vinham a implementar, mas é a ponta da lança estratégica que veio anunciar a força integracionista russa, pretendendo (re)tomar o poder na esfera dos interesses privilegiados

Neste estudo, a primeira parte faz a apresentação do Cáucaso do Sul e define as bases territoriais dos Estados que se constituíram na Transcaucasia após a desintegração da união Soviética.

Na segunda parte mostra-se o enquadramento teórico através dos grandes conceitos, demonstrando que a integração regional é variável na sua conceptualização consoante os vetores que estruturam as dinâmicas nacionalista, federalista, regionalista, funcionalista ou intergovernamentalista. A análise das teorias permite-nos escutinar a forma de a região poder sair da crise permanente em que se encontra mergulhada e fazer uma transição para uma relativa estabilidade possível tendo em atenção o equilíbrio de forças em presença naquela região.

A visão geohistórica e geoeconómica divide-se na apresentação do percurso histórico dos territórios do Cáucaso do Sul desde a antiguidade até ao ano de 2012. Destacam-se os recursos naturais e o percurso da economia caucasiana com raízes do

passado reguladoras das ligações aos mercado e da proximidade regional. A fragmentação e a mágoa identitária revelam dinâmicas populacionais condicionantes deste vetor central na construção da política de segurança interna e regional que os Estados têm desenvolvido nas duas últimas décadas.

Os últimos dez anos de relações entre a Geórgia e a Rússia expõem as divergências e as convergências decorrentes da circunstância (social, política, económica) das diferenças, semelhanças e desafios que os Estados construíram nos contextos bilaterais ou multilaterais.

A entrevista concedida pelo Sr. Professor Adriano Moreira ajudou-nos a consolidar a certeza de que, enquanto a Rússia tiver a ideia de poder sobre o “Vizinho Próximo”, a Geórgia estará condicionada e a sua política externa comportará o peso desta força.

CAPÍTULO 1 – O CÁUCASO

1.1 - Uma Breve Monografia

O Cáucaso localiza-se na região da Eurásia. Divide a Europa oriental da Ásia ocidental numa área geográfica compreendida entre o mar Negro a ocidente, o mar Cáspio a oriente, a Federação Russa a norte e os países da Turquia e Irão a sul.

A região do Cáucaso (MAPA 1) tem dois sistemas montanhosos distintos. O Grande Cáucaso com orientação noroeste – sudeste e uma altitude superior a 1200 metros. Percorre a região desde *Novorosiisk* no mar Negro até à península de *Apsheronk* junto a Baku no mar Cáspio. O Cáucaso Menor posiciona-se em paralelo ao Grande Cáucaso a uma distância de 100 quilómetros com 1125 metros de altitude e incorpora a cordilheira de *Meskhets* no sul da Geórgia e norte da Arménia.

Estes 1250 quilómetros com 2000 metros de altitude tornaram-se uma barreira natural aliada na defesa do território a norte. Na realidade permite à Rússia considerar o sistema montanhoso como uma fronteira militar de elevado valor estratégico. O Cáucaso Norte onde estão localizadas as regiões separatistas da Chéchenia e do Daguestão, assim como a Óssetia do Norte são territórios integrantes da Federação Russa. No Cáucaso do Sul existem três repúblicas independentes: a Arménia, a Geórgia e o Azerbaijão. As suas capitais são Erevan, Tblissi e Baku respetivamente. O rio mais importante, o Kura, é central no sistema hidrológico do Cáucaso do Sul: nasce na Turquia, atravessa Tblissi e forma o lago Mingecaur no Azerbaijão. O rio *Arak*, que também nasce na Turquia, torna-se um afluente do Kura em território azeri. No estreito de *Migri* dá-se a confluência do rio *Chram* com o rio *Kura*. É de salientar o valor hidrológico do Cáucaso com um potencial de produção de eletricidade acima do que é explorado atualmente. A morfologia do terreno não permite estruturas com elevada capacidade de produção. No entanto, podem ser construídas várias com capacidade mais baixa. A barragem maior situa-se no norte da Geórgia (*Inguri*) e a barragem de *Khudoni* no norte da Geórgia que está em construção será a segunda maior do Cáucaso do Sul. O Azerbaijão tem a terceira maior barragem (*Shamkir*) e a Arménia a quarta maior (*Gyumush*). Destes Estados fazem parte as regiões separatistas da Abcásia e da Óssetia do Sul na Geórgia e *Nagorno-Karabakh* disputada pela Arménia e Azerbaijão.

Os três Estados partilham um clima continental com fraca precipitação e grande amplitude térmica anual com uma variação próxima dos 30°C. As terras altas de montanha caracterizam-se pela queda de fortes nevões, as terras baixas pela fertilidade dos solos e pela maior parcela de precipitação na região. A Geórgia e o Azerbaijão partilham o clima mediterrânico nas zonas costeiras. A paisagem distingue-se consoante a altitude. As terras altas são cobertas de neve na maior parte do ano, as terras médias sustentam grandes zonas de pastagens e as terras baixas têm grandes extensões de bosques e terrenos férteis (15% aproximadamente do território caucasiano, que permitem a transumância e a criação de gado, a produção de citrinos, frutas, frutos secos, vinho, chá, algodão, tabaco e cereais). Do subsolo são extraídos manganésio, carvão, ferro, petróleo e gás natural.

A indústria produz cimento, aço, maquinaria, equipamento eletrónico, químicos e produtos farmacêuticos. Como já referido, o potencial hidrológico do Cáucaso é um recurso que pode ser ampliado, com investimento na produção de energia elétrica. A produção de eletricidade na Geórgia é hoje superior às suas necessidades, pelo que o excedente faz parte das suas exportações.

Nos últimos trinta séculos desenvolveu-se a interação das culturas bizantina e árabe decorrente dos contactos e explorações na região iniciados pelos gregos desde o século VIII AC. No século XI, foi administrada pelos turcos e invadida pelos mongóis no século XIII. A queda de Constantinopla permitiu ao Império Otomano no século XVI a administração da região e o seu isolamento do mundo cristão. A Arménia e o Azerbaijão foram conquistados ao Império Otomano pela Rússia, em 1829, embora a rendição muçulmana tenha ocorrido em 1859. A anexação da Geórgia pela Rússia em 1901, favoreceu a travessia da cordilheira caucasiana, dando assim início à russificação da região. Após a revolução bolchevique foram criadas as repúblicas socialistas do Cáucaso do Sul. A riqueza do subsolo caucasiano foi alvo de interesse alemão. Durante a II Guerra Mundial a região foi invadida por Hitler. Em consequência do desmoronamento da URSS, as três Repúblicas proclamaram a sua independência.

As três Repúblicas da grande região do Cáucaso do Sul (Arménia, Azerbaijão e Geórgia) apresentam semelhanças sociais, políticas, económicas e interdependências, que lhes acrescentam valor geoestratégico. São Estados que se separaram do contexto soviético no início dos anos noventa do século XX, tornaram-se independentes em 1991 e aprovaram as respectivas leis constitucionais em 1995. Cada Estado desenvolveu a sua

língua oficial, arménio, azeri e georgiano respetivamente, mas a língua russa mantém-se viva na vida social. A diáspora russa existente nos três Estados é uma condicionante político-social que a Rússia potencia e defende. Os conflitos que persistem nos dois lados da cordilheira mantêm a indefinição de parte das fronteiras. Esta realidade resulta do passado de anexações de territórios, de deslocação e massacres de populações no período soviético que, no presente, confundem as identidades étnicas dispersas na região, assim como entrecruzam as fronteiras políticas. A questão religiosa participa no fomento da identidade e no conflito existente entre grupos, pois existe uma ampla diversidade de credos. As religiões com mais seguidores são a apostólica arménia (Arménia), a muçulmana (Azerbaijão e Geórgia), cristã ortodoxa (Geórgia) e a ortodoxa russa (nos três Estados). Existem também cristãos (Arménia e Geórgia), arménios gregorianos (Geórgia) e outros com fraca expressão.

O mercado soviético continua a ser uma referência na economia do Cáucaso. As trocas comerciais com a Rússia significam aproximadamente 41% do volume das importações das três Repúblicas. A Arménia é única a manter um volume expressivo de exportações para a Rússia (17% do total). A venda de hidrcarbonetos do Azerbaijão ao Ocidente fez diminuir as suas exportações para a Rússia para valores inexpressivos. O petróleo e o gás natural representam o grosso das transações e passaram a ser transferidos pelo oleoduto BTC (Baku – Tblissi – Ceyan) e pelo gasoduto BTE (Baku – Tblissi – Erzerum). As pressões infligidas à Geórgia para lhe diminuir a capacidade de manobra e aproximação ao Ocidente boicotaram os seus produtos e bloquearam as transações comerciais com a Rússia (Factbook CIA, 2012).

O conflito de Agosto de 2008 debilitou a economia Georgiana, pois o esforço de guerra da Geórgia foi seguido da destruição da alguma produção agrícola, de estradas e caminhos de ferro. A Geórgia viu-se obrigada a recorrer à ajuda externa. No entanto, os laços históricos e sociais existentes mantêm a relação de vizinhança com a Rússia, que usa a sua força para aproximar novamente os governos e retomar as relações bilaterais entre os dois Estados, num contexto que lhe favoreça a influência regional.

1.2 – A Força do Regionalismo no Cáucaso do Sul

A Geórgia é um Estado integrado no Cáucaso do Sul. A complexidade cultural e étnica interliga os três Estados (Arménia, Azerbaijão e Geórgia) com os Estados

vizinhos com maior profundidade na Federação da Rússia. Em conjunto formam a grande região do Cáucaso onde o passado histórico e territorial da ex-URSS tem uma força centrífuga no sistema político internacional e em simultâneo provoca uma força centripeta nas relações entre as unidades políticas no interior da região. As diferenças sociais, religiosas, culturais e étnicas provocam um cenário de heterogeneidade interna.

A sustentabilidade do federalismo é atribuída à integração regional. Existe uma esfera intermediária entre o espaço federal e o regional que procura a comunhão dos interesses transnacionais mediante o enquadramento de grande Estado multifacetado. O regionalismo não provoca autonomismo quando existe um enquadramento estável. Por exemplo, na Liga do Norte de Itália existe na população uma vontade intrínseca separatista. Daí, quando existem fortes diferenças culturais e étnicas é possível desenvolver-se a autonomia. A região dos Balcãs é um exemplo que a heterogeneidade consegue provocar afastamento e instabilidade nas relações entre povos. A Geórgia é um outro exemplo de que as fronteiras vincadas entre povos e aprofundadas por questões políticas provocam instabilidade interna, chegando a extravar as suas fronteiras físicas.

Os partidos políticos regionalistas promovem a autonomia da região de onde são originários. A reduzida expressão da representação fomenta nestes partidos coligações no interior da região. A identificação e a defesa de interesses permitem a unificação e a confluência da força do voto na defesa de interesses partilhados.

Resumindo, a força do regionalismo constrói-se em *“função de projetos e aspirações que hão-de ser, simultaneamente, regionais e nacionais”* (Brandão Alves, 2008, p.278). Representa um espaço geográfico, a região, onde os atores interagem de modo a garantirem ganhos, estabilidade e benefícios cooperativos na sua economia, segurança e defesa.

1.3 - A Elasticidade nas Fronteiras do Cáucaso

O Cáucaso é uma região onde a elasticidade das fronteiras está intimamente ligada à política externa da Rússia, que acompanhou a expansão do território desde o final do século XVIII. É uma das áreas mais complexas e conturbadas da periferia europeia. Tem condições geográficas únicas, acrescidas pelo ponto de encontro e fronteira entre a Europa e a Ásia. Encontra-se numa encruzilhada de relações e

interesses enredados nas ambições do Ocidente e do Oriente onde se multiplicam os choques militares, étnicos, políticos, religiosos e culturais.

O perfil político da região pode ser explicado pelas características geográficas do território (montanhas e vales). No decorrer dos séculos foi o refúgio às mais variadas minorias que se protegeram das repressões e das políticas etno-demográficas dos impérios que dominaram a região. A sovietação não conseguiu unificar os povos nem convergir as fronteiras políticas, culturais e religiosas.

Os EUA, a Europa, a Rússia, a Turquia e o Irão procuram aqui um posicionamento favorável aos seus interesses geoeconómicos. A Rússia garante uma dimensão estratégica crucial, que delimita a integração das Repúblicas do Cáucaso do Sul (Arménia, Azerbaijão e Geórgia), pois a economia caucasiana está dependente do mercado russo desde o período soviético, que é usado na manutenção das fragilidades regionais. Os pipelines BTC (Baku – Tiblíssi – Ceyan) e BTE (Baku – Tiblíssi – Ezerum) são hoje um recurso alternativo, que o Azerbaijão e a Geórgia utilizam na sua aproximação ao Ocidente e ao Médio Oriente e na anulação à dependência do mercado internacional de transferências de energias dominado pela Rússia.

A adesão da Geórgia à UE e à OTAN é vista como uma âncora protetora que permitiria a salvaguarda dos seus interesses económicos e da sua soberania através do acesso ao maior mercado mundial e à maior força de segurança. Seria uma integração estratégica que beneficiaria a Europa nas interdependências energéticas. No entanto, o território está inserido na cintura do vizinho próximo, que a Rússia defende como sendo uma zona da sua influência. As ligações históricas têm aqui um papel preponderante pois, entrecruzam o passado com o presente e, em simultâneo, esbatem o significado das fronteiras políticas pelo que, estes Estados desenvolvem dinâmicas de constante conflito e interdependência através da sua multietnicidade e multiculturalidade.

A questão da integração regional do Cáucaso do Sul está pendente na balança de poderes que se debatem entre Ocidente – Oriente e Norte – Sul. O eixo horizontal atrai a região para a modernidade democrática e desenvolvimento económico a ocidente, enquanto o eixo vertical relembra a dimensão politico-social do grande urso russo, das ligações étnicas e da diáspora que cada Estado herdou do período soviético. Ambos os eixos fixam premissas que atraem o cálculo de ganhos e perdas na relação de interesses nacionais, mas também afastam o outro eixo por divergirem entre futuro e passado, tendo o presente na base da interação entre Estados.

CAPÍTULO 2 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 – Grandes conceitos: Nacionalismo, Federalismo e Regionalismo

Os conceitos teóricos dão um contributo decisivo para a compreensão das transformações políticas, sociais e económicas que se estabelecem em cada território. A construção de interdependências entre Estados está relacionada com os ideais federalista e regionalista e têm-se aprofundado com o alargamento do mercado global.

A Revolução Francesa projetou uma nova organização política dos Estados, mas foi a Revolução Industrial que, através da força do capital, influenciou o desenvolvimento económico e levou os países a desejarem as mesmas vantagens económicas e políticas.

A redefinição das fronteiras após a Primeira e Segunda Guerras Mundiais deu origem a novos Estados onde os movimentos nacionalistas concertaram identidades históricas, culturais e étnicas na construção das bases das nações. A complexidade das relações entre Estados compeliu as relações internacionais alterarem a autonomia dos Estados.

As dinâmicas sociais conduziram à cooperação. A criação de uma ordem política é uma missão moral do homem que, ao empenhar-se na construção do Estado moderno, procura o bem-estar pessoal e social. Após a Segunda Guerra Mundial a concepção de bem-estar coletivo procura minimizar o risco de infringir a liberdade dos indivíduos.

O nacionalismo, como princípio político, defende a nação como um todo, para onde convergem a unidade e os interesses nacionais, através de uma estrutura de Estado que abrange todos os indivíduos, quer no espaço territorial quer junto da diáspora.

O ideal federalista surge como essencial na resolução de problemas de soberania, de governo e relacionamento entre as unidades políticas. Assumiu a responsabilidade de eficiência na diversidade das interdependências dos Estados, onde a manutenção do equilíbrio democrático é fulcral na manutenção da autonomia dessas mesmas unidades.

Por último, pode-se considerar que o regionalismo surge com o aprofundamento e amadurecimento das identidades e lealdades partilhadas dos atores políticos onde os

objetivos são o controlo de conflitos e a obtenção de ganhos sociais, económicos e políticos.

2.2 – O Nacionalismo

O Nacionalismo é um projeto político com estrutura centralizadora que pretende a unificação da língua, das tradições, da cultura e do Estado no seu território. A ideologia nacional de um grupo político favorece a legitimidade para a criação da sua independência e radicaliza a unidade do movimento na defesa dos interesses nacionais.

O princípio nacional substituiu o monarca absoluto pelo Estado popular e luta para que seja reconhecido o direito ao destino da cada povo. O objetivo interno, ao unir o povo ao Estado, atribui os mesmos direitos democráticos a todos os indivíduos, proporcionando-lhes a participação na definição política. O objetivo internacional define a possibilidade da independência nacional através da autodeterminação dos povos e a política externa, consoante a vontade interna, sem interferências externas.

O princípio democrático define-se pela igualdade política e pela coesão. O território necessita de uma língua abrangente que possibilite a comunicação e que fomenta a ideia da unidade do Estado-nação. O voto é a ferramenta que possibilita as escolhas políticas do povo. O centralismo democrático libertou a população dos privilégios das classes dominantes e estabeleceu a autonomia local e regional. O envolvimento social no sistema defensivo do Estado, através do serviço militar obrigatório, eliminou a distinção entre os militares e a sociedade civil e fidelizou os cidadãos.

A Revolução Industrial determinou a mudança da vida social, das relações de produção e de troca ao fomentar um mercado de dimensões nacionais. Ampliou o horizonte socio-económico individual e este passou a exigir a intervenção do Estado nas relações sociais.

A independência do Estado é definida pelas relações de força no sistema político internacional. A força dos Estados determina a hierarquização e a distribuição desigual do poder. Influencia os mais fracos. Portanto, a igualdade só pode ser alcançada através da lei. A independência é assegurada pelo juízo constitucional que assegura a coexistência entre Estados. A segurança e o poder são a razão de Estado, o que não se compatibiliza com a solidariedade entre os povos. A transição do Estado absoluto para o

Estado democrático teve características de violência, pois a relação de força com outras nações exige lealdade aos cidadãos e obriga o Estado a armar-se para sobreviver. Assim, o uso da força depende do conjunto de relações de poder.

As tensões internacionais promovem o ódio e a hostilidade entre nações. A eliminação do autoritarismo e da violência na política internacional é possível mediante interdependências regionais que são hoje vistas como uma etapa de unificação, fundamentada na internacionalização do processo produtivo.

“A salvaguarda dos interesses e a exaltação dos valores nacionais estão na base do conceito de nacionalismo através de um sentimento de pertença a um grupo por vínculos raciais, linguísticos e históricos que reivindica o direito de formar uma nação autónoma. Esta ideologia enaltece o Estado nacional como forma ideal de organização política com as exigências absolutas de lealdade por parte dos cidadãos. É a preferência pelo que é próprio da nação a que se pertence, exaltação das suas características e valores tradicionais, à qual em geral se associam a xenofobia e/ou racismo, além de uma vontade de isolamento económico e cultural, que se apresenta como doutrina que subordina todos os problemas de política interna e externa ao desenvolvimento e à dominação hegemónica da nação. É um movimento estético e político que a partir do século XIX preconiza a utilização de elementos da tradição oral de uma cultura em composições” (António Houaiss e Mauro Salles Villar, 2005, p.111).

Max Weber define o nacionalismo *“através dos conceitos de Estado e Nação. O Estado é uma instituição que detém o monopólio da violência legítima na sociedade, o que incorpora a ideia de que a violência privada ou parcial da sociedade não é legítima. A resolução de conflitos pela violência só é aceite se aplicada por uma entidade central ou por quem obteve um ato de delegação do Estado. Enquanto instituição superior, é-lhe consagrada a manutenção da ordem e nela estão constituídas instituições especializadas nessa missão. A nação é um sentimento que se manifesta na cultura da comunidade que tem aspirações territoriais e existirá quando o Estado estiver unificado administrativamente com fronteiras definidas e tiver regulação interna desse território, das pessoas que nele coabitam e quando mantém relações externas com outros Estados. As bases culturais suportam a nação através do reconhecimento que comunidade tem do espaço finito e do governo soberano”* (Ernest Gellner, 1993, pag14). Contudo, o Estado não é uma questão central para a existência do sentimento

nacionalista. Hegel refere que *“outrora ninguém tinha Estado, depois alguns tiveram e finalmente todos o têm nas mais variadas formas”* (Ernest Gellner, 1993, p.17).

O Homem tem de ter uma nacionalidade. conforme afirma Ernest Gellner, *“não é uma condição inata ao homem. É uma contingência pois, os Estados e as nações não existiram sempre. As nações são artefactos das convicções, lealdades e solidariedade do homem”* (1993, p.19).

É importante a identificação do indivíduo com a nação. Pascal Boniface refere que *“a nacionalidade é um laço jurídico que une uma pessoa a um determinado Estado. Resulta principalmente do nascimento. Permite atribuí-la segundo dois sistemas diferentes: o Jus Soli através do critério do território no qual a pessoa nasceu e o Jus Sanguini, que faz depender a criança da nacionalidade de um dos pais”* (2008, p.221). Após o fim da Guerra-fria a mudança coletiva de nacionalidade tornou-se uma questão da agenda internacional consoante o desmoronar da União Soviética e com a formação de novos Estados independentes e a consequente alteração de fronteiras.

Resumindo, para Joseph Nye (2002, pag 206), *“o nacionalismo é uma teoria de legitimidade política, que exige que as fronteiras políticas e, especialmente, que as fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado não separem os detentores do poder do resto da população”*, para a qual o território nacional é um espaço vital na defesa dos interesses considerados nacionais. Para que os indivíduos se identifiquem com a nação têm de esquecer muitas coisas e partilhar muitas outras. O imaginário coletivo une o indivíduo ao que está além do seu alcance, pois são extensões grandes que não permitem que todos se conheçam.

2.3 – O Federalismo

Federalismo significa *“tratado, contrato, união, aliança, acordo entre duas ou mais partes, entidades ou unidades políticas”* (António Houaiss e Mauro Salles, 2005, p.90). Em teoria surge ao ser celebrado um acordo entre entidades políticas soberanas nas suas fronteiras, que aceitam partilhar competências e constituir-se parte de um modelo integrado de administração centralizada e com legislação própria. Permitem-se ser regulamentadas voluntariamente num contexto supranacional ou supra-estatal, baseado em princípios democráticos. Permite-lhe prosseguir numa conjuntura de membros de uma aliança sem constrangimentos para qualquer parte e reverte de um

esforço legítimo de concertação entre as unidades soberanas, objetivando a construção ou criação de uma nova entidade política maior, mais abrangente e equitativamente integrada num contexto homogéneo entre os membros.

O novo Estado é dotado de poder superior e soberano. Fernando Sousa considera que *“passa a existir uma constituição comum, um governo comum, um exército único, uma única política de defesa, moeda e política externa. Apesar de não perder a sua identidade e até de manterem, na maior parte dos casos, constituições próprias, é certo que os Estados associados, designados federados, não são soberanos, já que a soberania passa a ser exercida pelo novo Estado, o Estado federal”* (2008, p.86).

A criação do federalismo não se baseia no poder militar dos Estados constituintes. Sustenta-se nas relações sociais que mantém. As relações inter estatais de poder horizontal são substituídas por relações verticais, submetendo os Estados constituintes a subunidades na estrutura federal.

O modelo federalista enforma uma estrutura de mercado e segurança nacional. Normalmente, grandes Estados começam por seduzir pequenos Estados vizinhos a estabelecerem um mercado comum e parcerias militares, assegurando conjuntamente um maior e mais vantajoso significado geopolítico na cena internacional. Esta aproximação pode resultar de uma combinação de sedução, compromisso ou coerção executada por um grande Estado a Estados menos poderosos. Quanto mais profunda for a institucionalização de um Estado, maior é a dificuldade de coagir. Assim, a negociação e o compromisso têm maior peso na construção do Estado federal. Quanto maior for a capacidade da subunidade política em manter as suas instituições parlamentares, estruturas administrativas e legitimidade constitucional, melhor consegue manter a sua identidade e extrair concessões federais. Os retornos que daí advêm são benefícios económicos, poder militar e estabilidade social.

Os princípios do federalismo emergem como uma garantia de unidade e equilíbrio sobre a diversidade intrafederal e no processo de governo com vários níveis de poder. Executar a pluralidade social e espacial do coletivo implica: a representação territorial dos cidadãos; assegurar a representação dos cidadãos nos níveis de governo; separar as esferas de jurisdição, inscritas na constituição, garantindo a autonomia do governo regional e central; facilitar a colaboração intergovernamental na partilha de responsabilidades das instituições e garantir a representação regional no governo central. Significa que o que pertence a todos deve ser aprovado por todos.

O consentimento atribuído pelas subunidades pressupõe igualdade regional nas relações com o governo central e qualquer alteração nas questões de representação regional e nas esferas de jurisdição só é possível com medidas Constitucionais extraordinárias.

A cooperação numa sociedade pluralista federal deve organizar-se através da solidariedade fiscal que garanta as transferências e pagamentos para as subunidades de modo igualitário, que respeite a diversidade e reconheça as identidades regionais.

A conceptualização do federalismo é, nalguns casos, multinacional, noutras mononacional. Forma-se multinacional quando as subunidades constituintes mantêm a sua integridade num contexto de reconhecimento mútuo e quando o texto constitucional assegura a divisão de poder entre o Governo Central e as subunidades através de coordenação independente. Assim, o federalismo é tido como uma ferramenta de gestão da diversidade da autonomia da cada unidade assegurando as várias línguas, religiões e culturas constituintes do Estado Federal. A estabilidade interna é sustentada pela justiça entre as subunidades. São exemplos de Estados federados multinacionais a Bélgica, o Canadá e a Índia. Forma-se mononacional quando a estrutura federal tem um só corpo político no território com a estabilidade interna caracterizada por uma definição mononacional em que as relações de governo são exercidas pela hierarquia de níveis. É assegurada uma língua oficial, na maioria dos casos uma só religião, e fomenta-se uma cultura centrada nos valores históricos do Estado Federal. São exemplos os EUA, a Austrália e a Áustria (após 1918).

Resumindo, o sistema governativo federal dá origem a uma nação em que os membros conservam autonomia e partilham competências constitucionais sem direito de secessão.

2.4 – O Regionalismo

A génese do regionalismo foca os interesses de uma região ou grupo da região. Mantém as divisões políticas, administrativas e as subunidades nacionais. Incrementa a influência e o poder político na forma de autonomia. Devolve ao Estado o direito à descentralização do poder e fortalece a responsabilidade fiscal compartilhada. Desenvolve a racionalização e fixação dos recursos na região, incrementa benefícios nos

planos locais com o aumento de eficiência na competitividade e redução de impostos entre os atores regionais.

A globalização e a internacionalização da economia, através do comércio livre, provocaram alterações nos Estados modernos, diminuindo as fronteiras e fomentando mercados comuns. As relações sociais, políticas e económicas entre as sociedades minimizaram a importância do conceito de Estado-nação pois decorre um processo de federação de Estados regionais. A evolução das sociedades e o desenvolvimento das novas tecnologias enfraqueceram o conceito de soberania e abriram espaço à coordenação de políticas entre Estados.

O Estado unitário foi substituído pelo modelo federal, considerado hoje aquele que melhor se adequa à realidade, pois preserva a unidade na diversidade. Desenvolveu-se em países de grandes dimensões (ex: EUA e Rússia) e na Europa Ocidental (UE). A recuperação da economia após a II Guerra Mundial deu grande importância à integração das regiões. Durante a Guerra-fria formaram-se os blocos económicos e neste período a questão regional esteve ligada à identidade territorial. Proporcionou aos cidadãos a consciência das ligações sociais, económicas, culturais, étnicas e políticas de um Estado com a região onde se insere. Foram realçadas as diferenças entre povos da Europa Ocidental e da Europa de língua eslava. O padrão de uma região ultrapassa as fronteiras naturais, geográficas, jurídicas e políticas. As marcas identitárias e culturais apresentam a unidade de um povo e sua integração numa região. O Estado vai além das suas fronteiras políticas na interligação com a região. Transfere marcadores identitários para o interior da região.

2.5 – Abordagem à Integração dos Territórios

A integração dos territórios constitui-se na representação política entre os Estados num processo onde é importante a defesa da diferenciação social e, em simultâneo, constrói a institucionalização de uma hierarquia de cooperação social e económica.

Interessa perceber o contexto político e económico em que ocorre a integração e quais as vantagens para os países constituintes, pois faz parte da lógica estratégica dos Estados e resulta da sua evolução, geradora de impactos que extravasam os governos nacionais. A busca pela maximização dos objetivos nacionais procura manter a

integridade do Estado nacional em que a proximidade geográfica é favorável ao processo de coordenação, negociação e articulação entre os governos nacionais.

Na esfera regional passa a ser visto um conjunto de interdependências do sistema mais amplo, limita e influencia o ator independente no sistema internacional, onde a sua participação é realizada por meio de instituições integradas.

As estruturas supranacionais são uma alternativa ao sistema mundial incerto. Visam regular e ordenar o contexto internacional. Esta estratégia melhora a capacidade individual na resolução de questões que, num contexto de isolamento, aumentariam as dificuldades. A integração possibilita a construção de objetivos comuns aos Estados e permite a criação de acordos aceites e partilhados.

O pressuposto Kantiano¹ entre os Estados estabelece a promoção institucional da paz, ligando-os por compromissos e extinguindo a ingerência relacionada com assuntos internos e de soberania. Neste enquadramento, a colaboração que abrange a região como um todo, gera interações entre grupos de interesse e representantes da sociedade.

A maximização do bem-estar atrai a manutenção pacífica das relações conjuntas das nações. A paz resulta de uma construção ativa e protetora que, através de um processo de consentimento entre os intervenientes, faz uma abordagem funcional ao exercício da autoridade. O método projeta um sucesso gradual de prosperidade onde a autoridade cresce e se desenvolve pela virtude técnica da coatividade. A soberania não é alcançada por meio de uma fórmula mas, através de uma função que suporta requisitos de poder em que uma parte desta soberania é transferida, na lógica de “passo a passo” (Frederik Schuman, 1954) de integração dos planos económico e social na gestão de recursos (escassos), desemprego, flutuação dos preços de bens, etc.

2.6 – O Funcionalismo

O Funcionalismo procura explicar a satisfação das necessidades individuais através de meios coletivos e de solidariedade em que as instituições nacionais se desenvolvem. David Mitrany considera que não é para “*manter as nações pacificamente separadas, mas (...) transpô-las para a atividade conjunta*” (1966, p.94).

¹ 5º Artigo Preliminar para a Paz Perpétua entre os Estados: «Nenhum Estado se deve imiscuir pela força na constituição e no governo de outro Estado.»

Refere também não é uma “*uma paz protetora mas uma paz em execução*” (1966, p.95) pois, o fornecimento gradual de serviços comuns pode construir bases sólidas para uma associação política mais estreita. A solução desta doutrina coloca nas parcelas da sociedade o papel necessário para constituir a força do conjunto. É simultaneamente um sistema que num território, gera grupos de vizinhança, possibilitando a cooperação voluntária e o desenvolvimento de interesses comuns. Descreve o procedimento construtivo e partilhado para se obter a coexistência pacífica. Propõe resolver o conflito entre as nações, eliminando as divisões políticas. O realçar do interesse mútuo permite que se estabeleça uma rede de instituições internacionais de trabalho por onde se consegue alcançar a integração económica como garante da prosperidade e da unidade económica promotora da unificação política. Em retrocesso, na construção funcionalista não aconteceu a transmissão de confiança na participação de todos os Estados europeus nas organizações internacionais funcionais preparadas e habilitadas a exercer as tarefas de integração. As questões de paz não eram partilhadas de modo igual, o que foi uma preocupação com a conquista de lealdades nacionais e com a exclusão de qualquer suspeita de controlo supranacional. A incapacidade da Liga das Nações em manter a paz entre as Guerras Mundiais demonstrou que é necessário outro mecanismo além do federalismo com Estados integrados porque as divisões políticas continuam a ser uma fonte de conflito entre as nações.

2.7 – O Neo-funcionalismo

O Neo-funcionalismo procura explicar a junção voluntária entre nações e o modo como aceitam perder parte da soberania na resolução dos conflitos entre eles, procurando a integração regional. Contudo, sendo “*os detentores últimos do poder político, os governos podem aceitar, ignorar, atrasar ou sabotar as decisões das autoridades federais. No entanto, dada a heterogeneidade dos interesses em certas áreas, a evasão unilateral ou recalcitante pode não se revelar lucrativa ou criar precedentes para outros governos*” (Ernst Hass, 1975). Assim, o processo enquadra o redirecionamento das lealdades, expectativas e atividades políticas favorecendo um centro mais amplo onde as instituições jurídicas se sobrepõem às nacionais.

Analisa, em particular, a integração política europeia onde a economia, a tecnologia e outros desenvolvimentos influenciaram a integração económica e política dos Estados no século XX. Os grupos de interesse nacionais e os partidos políticos

promovem os seus próprios interesses económicos e induzem a integração. O exemplo da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) apresenta os atores políticos de diferentes comunidades nacionais sob um processo de reorientação dos centros de decisão para instituições que se sobrepõem às dos Estados nacionais pré-existentes. A soberania diluída nas organizações intergovernamentais foi substituída pela transferência da soberania política de cada Estado para uma soberania de nível superior sustentada pela lealdade às organizações supranacionais. A articulação da cooperação técnica de uma comunidade política passou a realizar-se pela criação de instituições centrais.

Por exemplo, a recusa de De Gaulle no ano de 1965 em permitir a integração do Reino Unido originou a primeira grande crise na CEE. Os interesses contrários à França deram origem a críticas ao neofuncionalismo. Considerou-se que exagerava no efeito expansionista da esfera económica e no *Spillover*² político pois, não reconhecia a persistência do nacionalismo, a autonomia do setor político e a interação entre o ambiente internacional e a região integrada. Contrariamente aos interesses nacionais, a integração regional para ser bem sucedido enquadra a cooperação económico-social. Consequentemente neste processo Ernst Haas aponta que “*o estilo supranacional reforma a penetração indireta da política na economia porque as mais puras decisões económicas têm sempre significado político por aqueles que participam*” (1975, p.73).

2.8 – O Intergovernamentalismo

A doutrina intergovernamentalista apresentada por Andrew Moravcsik “*defende que a integração concretiza-se através da negociação entre os chefes de governo dos países líderes de uma região, que circunscrevem, cuidadosamente, qualquer sacrifício à sua soberania para obter objetivos comuns*” (2009, p.84).

O comportamento dos Estados reflete a pressão a que estão sujeitos no decorrer das relações que se desenvolvem no espaço interno e na cena internacional. Na análise das diferentes alternativas está implícita a avaliação dos custos e dos benefícios que cada decisão representa, pois a luta pelos seus interesses influi dinâmicas de conflito e/ou de cooperação que os impede ou facilita na sua realização. Os interesses

² Descreve o processo de comportamentos adaptativos, alterações de expectativas, a mudança de valores e as ligações ao nível supranacional de grupos de interesse e partidos políticos nacionais (Regina Salvador, 2011)

económicos são a força condutora de uma integração regional. A sua importância atribui um papel central na atuação dos governos nacionais.

As dinâmicas de integração estão relacionadas com mudanças nas regras e nas políticas das regiões económicas. As relações de mercado entre bens e fatores de produção na região são o motor do poder e de riqueza pelo que o aprofundamento das áreas de comércio livre, união aduaneira, económica, monetária e mercado comum refletem os ganhos e perdas de bem-estar que afetam os recursos dos países membros. A capacidade produtora é um dado empreendedor que beneficiará o Estado em particular e a região em geral.

A integração regional dá origem a novas entidades políticas. Atinge a sociedade, os grupos de interesse e as elites políticas. Como uma estratégia, pode ser alterada conforme a conveniência ou tornar-se menos flexível. As tomadas de decisão baseiam-se num enquadramento liberal em que as restrições e oportunidades determinam as preferências nacionais. E, nas negociações decorrentes entre os Estados, pesa o poder relativo dos governos.

CAPÍTULO 3 – UMA VISÃO GEOHISTÓRICA E GEOECONÓMICA DO CÁUCASO

3.1 – História Antiga

A história antiga do Cáucaso apresenta-se através de artefactos, narrativas, religiões e factos. Um esqueleto com 1,8 milhões de anos encontrado em *Dmanisi* no sul da Geórgia e as gravuras ruprestes de *Gaustan* no sul de Baku (Azerbaijão) fazem supor que a região foi o berço do “*Homo Georgicus*”. São também uma prova de que há 4 mil anos a Idade da Pedra floresceu no território compreendido entre a Arménia, a Geórgia e o Azerbaijão (Thomas de Waal, 2010, p.19).

Nas narrativas bíblicas e na mitologia grega são descritos alguns locais do Cáucaso como referências importantes da Época Clássica. Na Arménia há estabelecimentos comerciais (cafés, lojas, etc) que têm o nome “*Noah’s Ark*” (Arca de Noé) em honra da passagem bíblica da Arca que parou no monte *Ararat* durante o Dilúvio. Aos georgianos são dados nomes de *Jason* e *Medeia* em alusão ao Mito de *Medeia*³ quando Jasão se dirigiu com a frota dourada ao Reino dos Colchis na Costa do Mar Negro e reclamou o Tosão de Ouro⁴ no século XIII AC (Thomas de Waal, 2010, p.19).

O Império Romano conquistou a Arménia no ano 65 e o restante Cáucaso no ano 66. Os territórios da região da Geórgia foram seus aliados nos quatrocentos anos seguintes. A região foi sofrendo alterações na estrutura das comunidades onde está patente a aculturação dos povos. As igrejas de pedra são um testemunho da continuidade do passado, pois a religião cristã é uma referência central na identidade dos arménios e dos georgianos por terem sido os primeiros territórios convertidos ao cristianismo. Supõe-se que Santo Gregório e São Nino converteram respetivamente, o

³ Tosão (Véu) de Ouro: Frixo fugiu com a irmã Hele da Grécia no dorso de um cordeiro, cuja lã era de ouro. Na passagem da Europa para a Ásia Hele caiu ao mar em Helesponto. Frixo chegou a Cólquida e obedeceu ao oráculo sacrificando o cordeiro e oferecendo a lã ao templo Ares. O rei Eestes recebeu um oráculo que lhe transmitiu que morreria se estrangeiros roubassem o véu. Mandou sacrificar todos os estrangeiros. Protegeu o santuário com um muro e em volta soltou um dragão que nunca dormia e touros que soltavam fogo.

⁴ Medeia era filha do Rei Eestes da Cólquida casou com Jasão, Argonauta do Reino de Iolcos, que reivindicou o Tosão de Ouro. Esta apaixonou-se por Jasão e ajudou-o a alcançar o véu. Foge com o amado, despedaça o irmão para atrasar a perseguição do pai. Acaba repudiada para Jasão casar com Clódia.

Rei Arménio *Trdar* III entre o ano 301 e 314 e o Rei *Mirian* III da Geórgia no período de 327 – 32 .

3.1.2 - A Geórgia

A proximidade geográfica permitiu à Arménia ser um protetor das invasões vindas de sul durante vários séculos. Esta relação com a Geórgia teve continuidade através da Dinastia Arménia *Bagrátida*, à qual a Família Real *Bagrátida* da Geórgia se manteve ligada genealogicamente até ao século V .

O Reino da Geórgia foi conquistado pelo Árabes na Idade Média e tornou-se parte do Império *Khazar*⁵, construção política do povo turcómano que dominou a Ásia Central entre os séculos VII e X. Este império está na origem da Rússia.

O Islão chegou ao Cáucaso no século VII pelo Sul e pela Costa Este. A invasão alcançou no ano 639 o rio Araxes até à linha de fronteira da Arménia, Turquia e Irão, mas nunca conseguiu penetrar no Cáucaso do Sul profundo. Os exércitos do islão chegaram à cidade de *Derbent* (Daguestão) na Costa Este no ano 642 e deram-lhe o nome de *Bab al-Abwab*⁶. No entanto, não se fixaram definitivamente na região porque os acessos não facilitavam a penetração no interior do Cáucaso, isolando os povos. O maior impacto foi o seu legado islâmico que se expandiu a nível da organização política gradualmente até à Chechénia e à Ingústia (Christoph Zurcher, 2009, p.14).

A unificação do Reino da Geórgia surge no século IX em resultado da fusão dos Reinos da Ibéria e de *Colchis* ou *Cólquida* (Mapa2) por ordem do Rei David IV, membro da Família Real *Bagrátida*. A igreja Ortodoxa foi reconhecida oficialmente em 1103 e seguiu a orientação bizantina. A igreja arménia separou-se por não aceitar a dupla formulação da natureza cristã. Os anátemas relacionados com esta questão passaram a inibir os arménios de comunicarem, comerem, rezarem ou casarem com georgianos. Estes, aproximaram-se do mundo grego enquanto os arménios mantiveram a sua ligação ao Médio Oriente, sobretudo aos povos sírio e etíope e deram

⁵ Na língua árabe significa Errantes. Este Império foi conquistado e extinto pelo Principado de Kiev no século X.

⁶ Na língua árabe significa entrada das entradas ou portões fechados. Este território tinha um forte significado estratégico porque era a primeira cidade a oeste do mar Cáspio e para onde convergiam as rotas comerciais a Este da cordilheira do Cáucaso.

continuidade à relação com Jerusalém, mesmo depois da cidade ter sido conquistada por muçulmanos no século XVII (Thomas de Waal, 2010, p.22).

Este novo Reino alcançou prosperidade entre o século XII e XIII com a Rainha *Tamar* (1160-1213), que procedeu a reformas na organização do Estado onde incluiu a tolerância étnica e religiosa. O seu legado está registado nas referências que a Geórgia faz às suas catedrais e ao espólio da literatura dessa época. Os Impérios Persa, a Este, e Otomano a Oeste exploraram o aprofundamento das divisões internas no sentido da sua desintegração, o que aconteceu em 1466.

O Reino da Geórgia converteu-se ao Islão durante a sua ocupação pela Dinastia Iraniana *Safávida* (1501–1722). Contudo, a continuidade das cerimónias cristãs permitem supor que foram muçulmanos em público e cristãos em privado (Thomas de Waal, 2010, p.21).

No período do domínio Otomano (Século XVII – XVIII) foi estabelecido um contexto de hegemonia política, militar e económico na Transcaucásia pelo Rei *Irakli II* (1762-1798) da Geórgia. Tal foi possível a partir de 1783 através da aliança militar com Catarina, a Grande, assinada no Tratado de *Georgievsk*. Passou a ter proteção das tropas russas contra os Persas. Porém, a Rússia não assistiu o seu aliado na morte de *Irakli II*, o que desencadeou uma guerra de sucessão. Esta situação foi favorável ao Czar *Paulo I*, que se tornou um interveniente forte e ambicioso no século XVIII, anexando a Geórgia em 1801.

A autocracia Czarista e o domínio económico arménio fomentaram o Movimento Nacional de Libertação da Geórgia e a perda de independência da igreja ortodoxa em 1905 provocou uma revolta. O Partido Social Democrata de orientação Marxista passou a dominar o espectro político e o revolucionário *Josef Vissarionovich Djughashvili* tornou-se o líder do movimento. Este *Bolchevique* georgiano irá tornar-se no líder soviético, *Josef Stalin*.

A República Democrática da Geórgia experimentou a independência no período 1918-21. Entretanto, formou com a Arménia e o Azerbaijão o projeto da Federação Transcaucasiana (Fevereiro 1918 a Maio de 1918), que foi eliminada pela Revolução *Bolchevique*. Em 1922, os três novos Estados (Arménia, Azerbaijão e Geórgia) foram forçados a incorporar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que, para manter o controlo dos territórios, estacionou aí tropas do Exército Vermelho.

3.2.3 - A Arménia

A Dinastia *Artaxiad* reinou na Arménia até ao ano 1 e foi derrubada pelo Império Romano no ano 12 . A ascensão da Dinastia *Arsacid* trouxe a soberania ao território arménio entre os anos 54 e 428 . No entanto, o Império Romano procurou manter o domínio, o que provocou uma Guerra entre os anos 58 e 63 . O desfecho foi a imposição à Arménia duma relação de dependência. A partir daqui, a nomeação do Príncipe *Arsacid* teve de ser aprovada pelo Imperador Romano. Nos dois séculos seguintes a história realça algumas reformas com Gregório, o Iluminador que introduziu a cristianização (301) e o alfabeto arménio.

Nos séculos IV, V, VI (387 – 536) o reino da Arménia esteve sob o domínio do Império Bizantino. No decorrer deste período deu-se o declínio no século V e a região Este da Arménia passou para a administração do Império Persa Sassânida, que permitiu aos cristãos manterem a autonomia religiosa. Os Sassânida foram conquistados pelo Árabe *Rashidun* em 630 e esta alteração tornou a Arménia num Emirato com autonomia perante o Califa. Quatrocentos anos depois resurge o Reino da Arménia com a Dinastia *Bagrátida*, que rege o território até ao ano de 1045 .

A invasão Mongol em 1230 foi um processo de destruição que enfraqueceu a Arménia até 1400 . Após o período negro desta ocupação, o Império Otomano deu início à conquista da Arménia no reinado de *Selim II* (1524 – 1574), que permitiu aos territórios gozarem de autonomia durante trezentos anos.

A configuração política da região alterou-se com a intervenção do Império Russo no Cáucaso e no Mar Negro. O território da atual Arménia fez, uma primeira vez, parte do domínio russo entre 1813 e 1828. O processo para dominar a Arménia gerou conflitualidade e uma Guerra (1826 – 1828) com o Império Otomano, que acabou por perder o confronto. Cedeu o território da Arménia Oriental. Foi obrigado a permitir a permanência da armada russa no Mar Negro e o comércio livre na Arménia Ocidental, território da atual Turquia. Posteriormente a reivindicação de direitos para os arménios ocidentais levou Abdul *Hamid II* (o Sultão Sangrento como ficou conhecido) a massacrar e a deportar a sua população entre os anos de 1894 e 1896.

No decorrer da Primeira Guerra Mundial (1914-18) o exército russo teve nas suas fileiras um contingente voluntário de militares arménios. O governo Otomano

acusou os cristãos armênios de se aliarem à Rússia e foram considerados inimigos. Parte da população da Anatólia foi exterminada, presa, deportada e privada dos seus bens. O fim da Guerra provocou o colapso dos Impérios Russo e Otomano, o que permitiu a formação da República Democrática em 1918. A incorporação das regiões históricas da Arménia dentro da sua fronteira foi uma proposta do Presidente americano Woodrow Wilson na Conferência de Paz em Paris. Obteve a sua ratificação através do Tratado de Lausanne. O Azerbaijão iniciou a reivindicação da região de *Nagorno-Karabakh* em 1920.

3.3.4 - O Azerbaijão

O Azerbaijão foi chamado pelos romanos: o território dos Albaneses do Cáucaso. Praticaram o cristianismo até 1501, ano em que o *Shah Ismail I* fundou a Dinastia *Safavid* do Irão e tornou o Islão a única religião. A população continuou ligada à etnia e língua turca, mas limitada pela *Shia*⁷. A capitulação do domínio Persa (século XI a XVIII) ocorreu com o fim da Dinastia *Safávida* em 1722. As disputas territoriais Russo-Persas provocaram duas Guerras (1804-13 e 1826-28), que culminaram no Tratado de Turkmenchay sob o qual o Irão reconheceu a soberania russa no território que corresponde ao atual Azerbaijão.

Os Persas e os Otomanos foram afastados lentamente do Cáucaso do Sul a partir do ano de 1800 aquando da reconfiguração das estruturas da região segundo a imagem do Império Russo, potênciadominadora na região a partir do século XIX. Apesar da centralização da administração e do poder nos territórios da Transcaucásia, a Arménia, o Azerbaijão e a Geórgia conseguiram manter alguma autonomia política. A religião islâmica foi alvo de uma censura com vista à “extinção”. O número de mesquitas no Azerbaijão foi reduzido de modo a esvaziar o poder social destas instituições. A força da estratégia “*peça por peça*” (Christoph Zucher, 2009, p.17) seguida pelo Império Russo não foi suficientemente forte para deslamar o Cáucaso. As zonas islâmicas do Cáucaso que se rebelaram contra o processo de russificação sofreram represálias, tais como perseguições e deportações. Parte dos habitantes da República de *Karachay-Cherkessia* (Cáucaso do Norte) foram exilados na Turquia Otomana e milhares de Chéchenos emigraram para a Jordânia e Síria. As deslocação de massas populacionais

⁷ Mensagem do Profeta *Muhammad*. Os seus seguidores são os *Shiitas*.

contribuíram para a miscigenação que se acentuou com o passar dos séculos. Um exemplo deste relacionamento social estável é a província de *Adjaria* na Costa do mar Negro na Geórgia, maioritariamente muçulmana desde há duzentos anos e que foi parte do Império Otomano. A independência do Azerbaijão em 1991 trouxe novamente o Islão ao país e com ele a facção extremista. O referendo que ocorreu em 2007 revelou que ¼ da população é a favor da Sharia na República. A restante população acredita em Deus sem manifestar tendência pelo credo islâmico.

3.2 - História Recente

As reformas introduzidas nos últimos anos da URSS trouxeram instabilidade às relações entre as Repúblicas Soviéticas. Ressurgiram as disputas étnicas e territoriais da primeira metade do Século XX. A disputa entre Arménia e Azerbaijão reacendeu-se através do conflito de *Nagorno – Karabakh* no ano de 1988, ainda antes da independência das duas Repúblicas, que aconteceu três anos mais tarde. A Geórgia debate-se com o separatismo da Abcazia e da Ossétia do Sul desde 1991, o ano da sua independência

A política soviética tinha alcançado níveis elevados de paternalismo e os mecanismos de desenvolvimento regional eram condicionados pela forte interferência do governo central. A localização dos centros de produção, os fluxos migratórios e a distribuição da riqueza obedeciam aos normativos de Moscovo e do Partido Comunista Soviético. A eliminação das disparidades não foi alcançada e a insatisfação manifestou-se nas relações entre as regiões e as Repúblicas Autónomas.

O desenvolvimento económico caracterizava-se pelo domínio centripeto, cujas regras moldavam o comportamento e os orçamentos.

Havia profundos desequilíbrios entre regiões produtoras de riqueza e regiões recetoras de riqueza. Moscovo aplicava 70 % do seu orçamento em transferências financeiras em que o sistema procurava encontrar um ponto de equilíbrio comum entre regiões ricas e pobres (Oksana Dmitrieva, 1990, p.230). A desigualdade não era definida como tal pelo governo central, que não percebeu a tempo o risco da subsidiação, fruto da dependência financeira e da estagnação económica.

As Repúblicas independentes que adotaram uma política econômica cautelosa na transição para o pós-desintegração foram menos penalizadas neste processo (Oksana Dmitrieva 1990, p.240).

A Arménia e a Geórgia estavam mais vulneráveis porque as suas economias baseavam-se nos padrões de dependência soviética, que não lhes permitia a elasticidade necessária para competir nos padrões internacionais. O Azerbaijão diferenciou-se porque a extração de hidrocarbonetos permitiu-lhe sempre a obtenção de receitas, mas o investimento azeri no conflito de *Nagorno- Karabakh* consumiu fortemente a riqueza obtida. Em todo o processo de reforma económica do Cáucaso do Sul não foi possível a garantia do bem-estar social, em parte devido ao alastramento da corrupção.

3.2.1 - A Geórgia

O golpe de estado na Geórgia a 21 de Dezembro de 1991 deu origem a uma Guerra Cívil que durou até 1995. O presidente georgiano Zviad Gamsakhurdia exilou-se na Chechénia e a presidência foi assumida a 2 de Janeiro de 1992 por Eduard Shevardnaze, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Gorbachov. A Ossétia do Sul deu início no mesmo mês à sua separação, com o objetivo de se unir à Ossétia do Norte e à Federação Russa. A Abcazia declarou-se separada da Geórgia em Julho de 1992.

Verificou-se que a solidariedade étnica fortaleceu as partes separatistas incluindo os conflitos do Cáucaso do Norte na Rússia (Chechénia e Daguestão). As Forças governamentais georgianas aliaram-se a milícias de etnia georgiana no combate às forças da Ossétia do Sul, às quais se juntou o povo irmão da Ossétia do Norte e as forças abcazes aliadas do povo Osseta. Ambas as frentes separatistas obtiveram apoio da Federação Russa. Esta, através da sua ação de mediação, conseguiu o cessar-fogo do conflito na Ossétia do Sul no verão de 1992 e da Abcazia em 1994. As Forças Abcazes obrigaram a Geórgia a retirar do território da Abcazia.

Zviad Gamsakhurdia regressou à Geórgia em 1993 e reaviva a Guerra Civil, que termina com a eleição oficial de Eduard Shevardnaze. Este logo após negociou com a Rússia a estabilização política da Geórgia e a sua entrada da mesma a 3 de Dezembro de 1993, na Comunidade de Estados Independentes (CEI). Novamente um golpe de Estado depôs em 2003 o Presidente. A “Revolução Rosa” foi liderada de modo pacífico. Alguns observadores internacionais reportaram que as eleições de 25 de Janeiro de 2004

foram falseadas. Mikheil Saakashvili foi eleito com o apoio de organizações americanas. A Rússia acusou os EUA de utilizarem a Geórgia para estabelecer o Ocidente na sua fronteira do Sul. Treinaram jovens georgianos em métodos não violentos de mudança de regime (Pen Gahrton 2010, p.114). O Movimento anti-corrupção Kmara foi criado à imagem do “Instituto Americano para a Liberdade” por estudantes ativistas de um novo caminho pacífico. O líder Saakashvili e alguns Ministros (Defesa e Energia) são tidos como pró-ocidentais porque estudaram em universidades americanas. Permitiram a participação da Fundação Soros que custeou as reformas políticas na oposição a Shevardnadze. A ativista Kmara, Tina Kandelaki, referiu que a Revolução não fora planeada: foi uma revolta contra a corrupção e o comportamento cleptocrático do governo. O desejo seria o de estabelecer um Estado funcional (Pen Gahrton 2010, p.115).

A Rússia considerou que a reforma militar e o rearmamento da Geórgia, eram uma dupla ameaça. A aproximação dos EUA e da OTAN comprometia os interesses regionais e a criação de estruturas militares na Geórgia alterando a relação de forças no poder. Os separatismos na Chechénia e no Daguestão eram um problema político e existia o receio que fossem utilizados para comprometer a integridade da Federação Russa.

A aproximação ao Ocidente e a entrada na OTAN foi uma tentativa da Geórgia aceder ao grande mercado europeu, diminuindo a sua dependência económica do vizinho a norte. A Rússia assumiu este afastamento como uma traição. A tensão entre os dois países foi aumentando com a tomada chechena da escola de Beslam na Ossétia do Norte a 1 de Setembro de 2004, apoiada pela Geórgia como possível retaliação pela perda de controlo na Abcázia e na Ossétia do Sul.

A estagnação económica da Geórgia tem sido um ganho russo; em 2004, 40% das transferências financeiras provieram de representantes do antigo regime soviético, entretanto emigrados para a Rússia (Pen Gahrton 2010, p.128). O investimento estrangeiro no oleoduto Baku – Tbilissi – Ceyan (BTC) e o empenho do Azerbaijão, da Geórgia e da Turquia é, desde 2006, uma garantia de menor dependência regional nas relações económicas com a Rússia e também, uma menor dependência energética do ocidente.

A Presidência Saakashvili pretendeu restaurar a integridade constitucional e incentivar o regresso dos refugiados. O sucesso da estabilização política na região de

Adjaria levou o presidente a reforçar a sua política na Abcazia e na Ossétia do Sul. A intervenção teve início a 7 de Agosto de 2008 com combates na Batalha de Tskhinvali. A Abcazia aliou-se na resistência à homogeneização territorial. A Rússia interveio com meios militares, alegando defender de atos genocidas georgianos os observadores internacionais, a sua diáspora e os Ossetas do Sul. Os confrontos terminaram a 12 de Agosto de 2008 com a derrota da Geórgia e a perda de soberania sobre a Abcazia e a Ossétia do Sul. Retirou-se da CEI a 18 de Agosto de 2008, alegando interferência da Rússia nos assuntos de política interna.

A Geórgia e o Azerbaijão procuraram em conjunto atrair investimentos do Ocidente e, em troca, disponibilizaram uma alternativa ao fornecimento de hidrocarbonetos. A presença dos EUA, UE e China na região são um fator mediador nas iniciativas de estabilização política.

Os confrontos étnicos são utilizados como força motriz na esfera de interesses vitais da Rússia. Comparativamente, o equilíbrio de poderes é uma tarefa pesada para as três Repúblicas, porque de acordo com a afirmação de Helena Cristina Rego *“não são suficientemente grandes, poderosas ou estrategicamente interessantes para incomodar. Não obstante os vinte e cinco milhões de russos que vivem fora da Rússia são uma fonte de problemas”* (1997, pag 184).

O “Central Asia-Caucasus Institute” reportou em Julho de 2008 que a Rússia pretendeu quebrar a aliança Baku-Tbilissi-Ankara através de diplomacia direta nas visitas que fez ao Azerbaijão e à Turquia (Pen Gahrton, 2010, p.186). No entanto, durante o conflito com a Geórgia foi seletiva nos bombardeamentos e não danificou o oleoduto BTC, o que revela não querer um confronto direto com os interesses ocidentais já instalados. O ataque de Saakshvili à Ossétia do Sul quebrou a influência da Rússia: o seu contra-ataque foi a reposição da influência e uma mensagem aos EUA de que tem uma palavra a dizer.

3.2.2 – A Arménia

A Arménia, eterno aliado da Rússia, tem interesse na tensão política e social existente nos últimos vinte e cinco anos na região de Nagorno – Karabakh. Desde o início do século XX que o território é disputado pela Arménia e pelo Azerbaijão. Durante o período soviético foi entregue à administração azeri. A Arménia aproveitou o

período que antecedeu a desintegração da URSS e reclamou o território, alegando que a divisão administrativa não espelhava a maioria étnica arménia porque a população da região era 70% arménia e cristã ortodoxa em oposição ao Azerbaijão (maioritariamente azeri e muçulmano). O país tem as fronteiras encerradas desde o início das hostilidades. O seu nível de desenvolvimento deve-se essencialmente às remessas da diáspora, que obteve influência económica e se traduz em influência política exercida na Rússia e nos EUA.

O acordo é assinado em 2009⁸ com a Turquia pôs fim a um século de hostilidades e é visto como fundamental à estabilidade do Cáucaso do Sul. O anterior acordo assinado com o Irão em 2004 para a construção de um oleoduto reduz o isolamento⁹ arménio e aumenta o poder geoestratégico iraniano. É um contraponto ao investimento dos EUA, que interessa à Rússia, mas receia que possa ser benéfico à Ucrânia e lhe reduza a dependência energética. Assim, a Arménia tem contado com os apoios russo e iraniano, enquanto o Azerbaijão tem a Turquia como seu aliado na aproximação ao ocidente (Maria Raquel Freire 2011, p.98).

A retirada das tropas russas da Geórgia e a sua deslocação para a Arménia é do agrado de Erevan¹⁰. Contrariamente teme, que a proposta alternativa de Vladimir Putin aos EUA para usarem a Base de Gabbala no Azerbaijão no projeto de escudo antimissil, seja um fator de poder azeri na resolução da questão de *Nagorno – Karabakh*. O Irão discorda desta proposta por considerar virem a existir implicações regionais e a tornar-se um foco de instabilidade regional (Maria Raquel Freire, 2011, p.100).

3.2.3 – O Azerbaijão

Moscovo mantém um relacionamento com Baku de não intervencionismo nem ingerência nos assuntos internos. O Azerbaijão obteve um estatuto especial na política externa russa: é central no espaço pós-soviético, pela sua localização geográfica e riqueza energética. A estabilidade das relações russas com um país muçulmano que funcione como exemplo para outras Repúblicas muçulmanas pode evitar problemas face aos movimentos islâmicos no Cáucaso (Maria Raquel Freire 2011, p.93).

⁸ Foi mediado pela Suíça e teve a participação da delegação da secretária de Estado americana, de Hillary Clinton, que assistiu à assinatura.

⁹ Esteve sujeita a um embargo internacional, consequente do conflito de Nagorno-Karabakh.

¹⁰ Erevan é a Capital da República Democrática da Arménia.

A política externa azeri, balanceada entre Ocidente e Rússia, permite-lhe ocupar um lugar central no jogo geoestratégico do Cáucaso (Maria Raquel Freire 2011, p.94). O oleoduto Baku – Novorossiysk mantém a ligação económica à Rússia, enquanto o oleoduto BTC (Azerbaijão, Geórgia, Turquia) fez o contraponto de ligação ao Ocidente baseado na lógica de diversificação de fornecimento energético, que tanto desagradou a Moscovo, pela escapatória ao seu controlo de preços e dependências.

O caso do escudo de defesa antimissil e a possível utilização da Base de Gabbala facilitam a implementação do projeto americano. Em simultâneo agrega e aprofunda o Azerbaijão na parceria militar através do envolvimento russo, que pretende utilizar o espaço CEI em processos culturais e económicos diversificados, que lhe permitam perpetuar o relacionamento com o vizinho próximo e condicionar aproximações desfavoráveis aos seus interesses (Maria Raquel Freire 2011, p.97).

3.3 – As Relações Internacionais no Cáucaso do Sul

O dia 14 de Outubro de 2009 foi um marco nas relações internacionais no Cáucaso. Acabou o isolamento da Arménia. Os Presidentes Turco e Arménio deram um aperto de mão quando se encontraram num jogo entre as respetivas seleções de futebol. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros tinham assinado quatro dias antes um protocolo de estabelecimento de relações diplomáticas e de abertura da fronteira entre os territórios. Esta oportunidade histórica poderá promover a resolução do conflito de Nagorno–Karabakh. O Azerbaijão manifestou o seu desacordo, declarando que iria procurar alternativas à venda do gás à Turquia, acusando-a de se ter aliado ao inimigo. A empresa *Gazprom* assinou um acordo com Baku para a compra de gás Azeri. No mesmo dia Hillary Clinton defendeu existência de um pensamento concertado entre os Presidentes Obama e Medvedev e a Geórgia foi tema de debate onde foi assumido o compromisso de aprofundar o relacionamento (Thomas de Waal, 2010, p.226).

Este relacionamento continuará a conter uma atitude paradoxal. Como afirma Helena Cristina Rego *“estes [Arménia, Azerbaijão, Geórgia e Turquia] continuarão a ser incapazes de conviver politicamente com um vizinho que a seus olhos se afigura terrível e ameaçador, mas do qual não conseguem nem podem prescindir como parceiro económico que viabiliza as suas existências. Por seu lado, a Rússia espera de*

forma impaciente, mas contida, a extinção da chama autonómica destas regiões e o seu pedido de reintegração política na asa da grande águia-russa” (1997, pag 374).

A resolução de um problema inato num país provoca alarme noutro. O desagrado do Azerbaijão relativo à aproximação Arménia – Turquia aproxima-o da Rússia. Um voltar atrás positivo nas relações entre os EUA e a Rússia prejudica a Geórgia. A reabertura da fronteira Arménia preocupa a Geórgia com a alternativa à rota do comércio internacional (Thomas de Waal 2010, p.227). A região sofre de iniciativas inclusivas para uns e exclusivas para outros.

3.4 – Os Recursos Naturais

Os recursos naturais do Cáucaso permitem que ali afluam interesses internacionais, principalmente pela disputa por uma posição favorável na aquisição de hidrocarbonetos. Maria Raquel Freire considera que a região tem conseguido maximizar “a rivalidade na procura de ganhos, traduzindo-se essencialmente ao nível de uma maior independência das suas orientações políticas no contexto pós-soviético” (2011, p.91).

A região Transcucasiana foi alvo de sucessivas invasões até a Rússia conseguir estabelecer o seu primado e estancar as incursões conflituosas vindas do Sul. Estabeleceu uma posição sócio-económica muito forte na região a partir do final do século XIX. Para tal foram assinados vários acordos. O Tratado de Kuçuk assinala a primeira fase das conquistas: pôs termo ao conflito (1768–74) entre a Rússia e o Império Otomano. Catarina, a Grande, obteve para seu domínio os territórios do sul da Ucrânia, o norte do Cáucaso e a Crimeia. O Tratados de Gulistan (1813) (MAPA 3) confirma a inclusão no Império Russo dos territórios da Abcazia, Este da Geórgia e Azerbaijão. Este último foi retomado na Guerra com o Irão. O Mapa 3 representa o Tratado de Turkmanchai (1828) que permitiu à Rússia estender o seu domínio a toda a cordilheira do Cáucaso até à costa no mar Cáspio.

O contexto de unificação política permitiu que, até ao fim do Império, o Mar Negro fosse o centro de exportações da Rússia que, ainda hoje mantém um posicionamento estratégico sustentado na primeira linha de defesa constituída pelo Cáucaso e pela costa litoral norte do Mar Cáspio. Esta região é alvo da cobiça internacional pelos seus recursos (petróleo e gás natural) e por ser um corredor de

ligação entre o mundo ocidental e o mundo asiático. A Arménia extrai ouro, chumbo e cobre. A Geórgia tem jazidas de ouro, ferro e manganésio. Explora carvão, água mineral e madeira. O Azerbaijão extrai ferro, fertilizantes naturais e metais não ferrosos. Apesar do terreno árido e acidentado da cordilheira, que divide o norte do sul, os territórios têm 15% de solo arável com terras muito férteis. É uma região rica em citrinos, uvas e outras frutas, legumes, cereais, algodão e tabaco (Factbook CIA, 2012).

Os rios (Kura, Araxe, Rion, Tigre, Eufrates, etc) transportam a água das terras altas e dos planaltos pelos vales. A energia hidroelétrica representa 39% da produção de eletricidade no Cáucaso do Sul (na Arménia representa 35%, no Azerbaijão 18% e na Geórgia 63%). Atualmente os três países estão posicionados à frente dos EUA em capacidade hidroelétrica capaz de satisfazer as suas necessidades internas (Factbook CIA, 2012). O Estado da Geórgia tem hoje projetos em planeamento e em captação de investimento que, após a sua conclusão irão aumentar em muito a sua capacidade hidroelétrica (Georgian Economy Overview, 2012).

As três Repúblicas beneficiaram de investimento russo até ao colapso da União Soviética. A construção da linha férrea transcaucasiana faz a ligação dos territórios entre os Mares Negro e Cáspio, permitindo-lhes exportar para a Ásia, a Europa e o Ocidente em geral. Em simultâneo, pretendeu-se que a região fosse capaz de competir com a rota do Canal do Suez. A construção da linha férrea Poti – Tblissi permitiu que a cidade de Poti na Geórgia se desenvolvesse e se tornasse o porto mais importante do Cáucaso no período soviético. A proximidade de terras férteis permitiu que o Mar Negro dominasse o mercado de cereais na região (90% das exportações entre 1880 e a I Guerra Mundial) tornando-se um grande centro de comércio com a França, Reino Unido e Alemanha. Neste período o investimento europeu focalizou-se nos setores do carvão, manganésio e ulha (utilizada na produção de aço) (Oksan Bayulgen, 2009, pp.163–188).

O petróleo na região é conhecido desde a antiguidade. No período bizantino foi usado no Mar de Azov como arma (“sea fire”) a arder na superfície da água. Começou por ser comercializado em meados do século XIX. Na sua refinação era obtido o querosene para iluminação e lubrificante industrial (Oksan Bayulgen, 2009, pp.163–188).

A cidade de Baku, capital do Azerbaijão, tornou-se o centro de exploração do petróleo russo. A eliminação do monopólio Czarista, em 1870, abriu as portas ao investimento estrangeiro onde se destacaram os suecos Nobel. O território debatia-se

com problemas de acessibilidade, pois está geograficamente trancado entre mares. A linha férrea entre Poti e Batumi facilitou a transferência do produto para o Mediterrâneo e o Ocidente. Posteriormente os oleodutos substituíram o comboio, pois permitem a ligação contínua entre o campo de exploração e o porto de mar.

3.4.1 - Os Oleodutos e Gasodutos na Disputa pelos Hidrocarbonetos

A região caucasiana assegura hoje novas vias de transferência de energias fósseis, que permitem a redução da dependência europeia da Rússia. Os membros da UE procuraram quebrar o ciclo de domínio russo através de apoio ao financiamento das infraestruturas das Repúblicas do Cáucaso do Sul. Em oposição, a Comunidade de Estados Independentes (CEI), criada por Boris Yeltsin, pretende agregar as novas Repúblicas (Arménia, Azerbaijão e Geórgia) ao universo russófono através da partilha de sinergias. Nos recursos energéticos, o princípio “Divide et Imperia” tem sido desenvolvido pela Rússia para se tornar o único poder capaz de estabilizar a região.

Após a desintegração da URSS, a região recebeu uma nova atenção internacional, com as empresas de exploração de energias fósseis a procurarem assegurar o acesso aos bancos de exploração de petróleo e gás natural. A Guerra na Chéchenia foi um período de viragem no jogo de poderes. Os danos causados nos “pipelines” levou ao fim do monopólio da empresa russa “Transneft”. As empresas petrolíferas ocidentais tiveram necessidade de criar alternativas estáveis para o transporte das energias. A redução da dependência do petróleo e do gás russo impulsionou a Europa a desenvolver uma proximidade aos Estados do Cáucaso do Sul. O corte do fornecimento de gás à Ucrânia por divergências de preços no inverno de 2009 demonstrou a vulnerabilidade europeia. O mapa 4 apresenta a complexidade das rotas em funcionamento (e as propostas a Sul) e Este do Cáucaso do Sul. A região transcaucasiana é atravessada por oleodutos e gasodutos que se orientam para todos os quatro pontos cardinais.

O oleoduto CPC (Caspian Pipeline Consortium) foi construído no período soviético e é o mais antigo a transferir petróleo para a Europa. Liga os campos de Tenziz na Casaquistão ao porto russo de Novorossiysk no Mar Negro. A este porto está também ligado o oleoduto Baku – Novorossiysk (Northern Early), que transfere 1,3 milhões de toneladas de petróleo por ano sob contrato entre a empresa Azerbaijan

International Operating Company e a Transneft¹¹. Atravessa as zonas de conflito no Daguestão e na Chechénia, o que potencia a insegurança no fornecimento à Europa. Após o ano de 2005 deixou de representar o domínio russo das transferências de energias fósseis para a Europa.

O oleoduto BTC (Baku – Tiblíssi – Cyeán) liga três países (Azerbaijão, Geórgia e Turquia) desde o ano de 2006. A Rússia não participa neste projeto porque reclama a passagem da rota também por território russo. É um consórcio composto por 11 companhias petrolíferas do Reino Unido, Azerbaijão, EUA, Noruega, Turquia, Itália, França e Japão. Este projeto favorece tanto a Europa Ocidental como Tiblíssi (pois assim afasta-se da influência russa e permite a diversificação no fornecimento). A Geórgia e a Turquia concretizam ganhos económicos e geopolíticos pelo trânsito do petróleo de 1 milhão de barris transferidos por dia para Cyeán.

O oleoduto Baku – Supsa (Western Early) é explorado desde 1999 pela British Petrol (BP) numa rota em território azeri e georgiano, inicialmente eram transferidos 145 mil barris por dia, existindo a proposta de expandir para 600 mil.

O SCP (South Caucasus Pipeline) liga os produtores do Turqueministão e Casaquistão à Turquia. A rota é paralela ao oleoduto BTC. A Empresa British Petrol (BP) e Statoil são os operadores (forneciam 8,8 milhões de metros cúbicos em 2010). O Azerbaijão propôs que fosse expandido em 2012 para 60 milhões de metros cúbicos. A negociação deste projeto mantém-se e é um investimento de empresas do Reino Unido, Noruega, Azerbaijão, Rússia, França, Irão, Turquia.

O gasoduto Nabuco e o Trans-Caspian Pipeline são dois projetos propostos por empresas ocidentais para satisfazer os interesses da Europa, EUA e Médio Oriente. Permitem a diversificação das rotas de fornecimento de gás à Europa e possibilitam a ligação ao Médio Oriente na cidade de Erzurum (Turquia). A sua construção provocará alterações na estratégia geo-económica da região pois permitirão um melhor equilíbrio entre a produção, transporte e consumo. O primeiro fará a ligação da costa ocidental do mar Cáspio à Europa e o segundo fará a ligação submarina das zonas Oriental e Ocidental do mar Cáspio. O contexto monopolizante russo será comprometido por uma rede de linhas alternativas..

¹¹ A Transneft é a empresa estatal russa responsável pelos oleodutos e gasodutos da Federação Russa.

O gasoduto Nabuco ligará Erzurum (Turquia) a Baumgarten (Áustria) e é um rival do projeto South Stream das empresas Gazprom (Rússia) e Eni (italiana). É um projeto intergovernamental com potencial de ligar o Turqueministão, o Azerbaijão e o Egito à Áustria. Será um consórcio de empresas da Turquia, Bulgária, Roménia, Áustria e Hungria. É um projeto com interesse estratégico para a Europa Ocidental, EUA e Médio Oriente; irá satisfazer o aumento do consumo previsto para a Europa que, em 2005 era de 502 bilhões de metros cúbicos estimando-se que, em 2030 seja de 805 bilhões de metros cúbicos por ano.¹²

O Trans-Caspian Pipeline é uma proposta de gasoduto submarino que ligará Turkmenbasy (Turqueministão) a Baku (Azerbaijão), estando prevista a ligação a Tenziz (Casaquistão). É uma rota de transporte para a Europa desviada da Rússia e do Irão. O interesse neste projeto foi retomado com a necessidade de encontrar alternativas que estabilizem o escoamento do gás natural do mar Cáspio e que previnam o ocidente das disputas entre a Rússia e os seus vizinhos próximos. A Rússia e o Irão opõem-se a este projeto. Apresentam questões legais sobre o fundo marinho do Cáspio por onde está prevista esta linha. Em 2012 a Comissão Europeia iniciou negociações com o Azerbaijão e o Turqueministão para a consolidação deste projeto, considerado de importância estratégica para a Europa, para a economia dos atores e da região, mas que ainda não foi concretizado.

Era esperado que estes recursos naturais se tornassem uma fonte de estabilidade regional através do crescimento económico. A riqueza do subsolo criou expectativas de que as relações de poder fomentariam a cooperação, a partilha de ganhos e que o investimento internacional estimularia reformas políticas. No entanto, não passaram de oportunidades. Os desentendimentos com as rotas dos pipelines tornaram-se obstáculos (iniciados no século XIX na competição entre ingleses e russos e no presente através das estratégias das potências internacionais). Atualmente, as potências regionais (Turquia e Irão) desafiam os maiores consumidores (Europa, EUA e China) na consolidação da sua posição nas transferências das energias.

Os recursos energéticos tornaram-se um peso elevado para os Estados e os rendimentos resultaram em riqueza, corrupção, desigualdade e pobreza. A ineficiência na prestação de serviços públicos foi distorcida pelas tendências autoritárias desenvolvidas pelas elites governamentais. A instabilidade tornou-se um atrativo às

¹² Fonte: EIA, Energy International Agency, 2012.

causas separatistas justificadas com a distribuição desigual dos proveitos. Os oleodutos e os gasodutos deram um contributo pouco positivo no incentivo à cooperação regional entre os Estados, que têm lutado essencialmente pelo próprio enriquecimento.

A Europa está a alcançar uma nova capacidade de aquisição e satisfação das suas necessidades energéticas e a Geórgia obteve um relativo distanciamento da Rússia ao tornar-se um prestador de serviços aos Estados ocidentais através dos hidrocarbonetos em trânsito.

3.5 – A Economia Transcaucasiana Pós-Soviética

No período soviético a economia do Cáucaso do Sul caracterizou-se pela dependência a Moscovo onde cada República estava sujeita a um sistema altamente centralizado. Após a independência, os três Estados deparam-se com um processo complexo de transição, passaram a debater-se com a competitividade da economia de mercado internacional. Os défices estruturais que herdaram dificultaram a absorção dos impactos diferenciais e em consequência os Estados mergulharam numa crise económica e financeira. No momento em que se colocaram fora da proteção do grande mercado soviético tiveram de lutar por um espaço próprio para as suas exportações. As alterações provocaram desequilíbrios porque a distribuição da riqueza soviética pelas variadas Repúblicas constituiu um cenário de dependência. A Arménia sofreu mais do que qualquer outro dos dois Estados porque dependia fortemente da subsidiação soviética e consequentemente ficou mais exposta à crise russa. O aumento dos preços dos seus hidrocarbonetos nos mercados internacionais trouxe ao Azerbaijão algum equilíbrio financeiro. O oleoduto de Supsa e os produtos agrícolas vendidos no mercado russo permitiram à Geórgia obter receitas para sustentar parte dos impactos recessivos da economia regional.

As relações entre a Federação Russa e o Cáucaso do Sul tornaram-se difíceis no final do século XX. A instabilidade política permitiu que se revelassem as fragilidades das três Repúblicas Transcaucasianas perante a realidade da conjuntura internacional. No entanto, a estagnação económica também foi provocada pelo estado obsoleto e pouco competitivo das estruturas industriais e produtivas.

A Arménia herdou indústria pesada e ligeira de produtos químicos, metais ferrosos, maquinaria textil e do couro. A central atómica de Medzamor foi o garante

energético e a maior valia pois, os restantes setores eram pouco desenvolvidos. A agricultura e os serviços não tinham expressão económica, somente o cognac arménio era reconhecido pela sua qualidade. O Azerbaijão manteve a sustentabilidade económica através da exploração de gás natural, petróleo e a refinaria de derivados. Do passado soviético mantém ainda a produção de fertilizantes naturais, herbicidas e algodão. No entanto, o conflito de Nagorno – Karabakh consumiu grande parte da riqueza produzida pelos Estados conflituantes. A Geórgia dispõe desde a era soviética de indústria pesada de metalurgia, metais ferrosos, maquinaria (agrícola, aeronáutica e naval) e ferramentas. A indústria agroalimentar continua a exportar vinho, água mineral, chá e citrinos.

Os anos 90 do século XX assistiram ao desmoronar das estruturas do mundo eslavo. A par da crise económica resurgiram conflitos étnicos que a administração soviética tinha procurado resolver ou eliminar, empurrando-os para as camadas subterrâneas da sociedade mas que, em sentido contrário, ressurgiram com o avançar da fragilidade socialista. Quanto mais visíveis, maior foi a instabilidade sociopolítica e afetou a área vital da dinamização económica. O desenvolvimento de um quadro de corrupção na região caucasiana bloqueou os setores de produção, provocou elevados níveis de inflação e o declínio dos níveis de vida (Vladimer Papava, 2011, p.37).

A queda do Produto Interno Bruto (PIB) revela que o Cáucaso do Sul entrou rapidamente em depressão. O PIB do Azerbaijão caiu 42% entre 1990 e 1995 e a sua produção interna 72%. O potencial económico arménio teve uma contração de 90% entre 1990 e 1994 e a produção industrial caiu 80%. A economia da Geórgia seguiu no mesmo sentido. Entre 1990 e 1994 o seu PIB teve uma queda de 72% e a produção industrial 84% (Vladimer Papava, 2011, p.37).

A destruição do tecido económico deu origem à intervenção internacional no Cáucaso do Sul pela primeira vez desde a Revolução Bolchevique. As reformas económicas implementadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM) estancaram a convulsão económico-financeira, promoveram a criação do sistema financeiro e o desenvolvimento, mas revelaram-se dramáticas porque não promoveram a estabilidade política da região. A transição para uma economia de mercado tornou-se um fardo pesado pois foi difícil conjugar a convergência dos três Estados na construção de uma política económica regional que congregasse os interesses do investimento estrangeiro dentro do espaço estratégico russo.

A dificuldade na adaptação rápida ao mercado aberto provocou necrose na economia. No entanto, a maior parcela da epidemia proveio do setor público. A privatização das empresas públicas não renovou a atividade económica pelo que, o setor privado quando incorporou a aquisição destas empresas acentuou a estagnação. Foi, somente um processo de transferência de propriedade com dificuldades em terminar este ciclo económico negro e de alavancar a produção porque, conforme explica Nodar Khaduri, *“todos os Estados Pós-Comunistas embarcaram num caminho desconhecido de reformas económicas. Contra os problemas de fundo, naturalmente, a probabilidade da implementação de reformas foi lenta, especialmente quando nenhum dos países tinha experiência relevante”* (2010, p.63).

A abertura dos mercados financeiros pouco desenvolvidos e nada familiarizados com a realidade mundial aberta resultou numa crise financeira sem precedentes. A desvalorização do rublo (moeda de transação) e a inexistência de moeda forte e consistente nas Repúblicas Independentes provocou a inflação vertiginosa da moeda circulante e dos títulos financeiros da Geórgia (criados por falta de moeda própria no primeiro período de independência) que, quando cambiados, passaram a valer pouco mais de nada.

A abertura da economia transcaucasiana não desenvolveu uma conjuntura igual nas três Repúblicas. A Arménia e a Geórgia não têm recursos naturais produtores de riqueza rápida como tem o Azerbaijão. A ajuda da diáspora arménia e a aproximação da Geórgia ao ocidente permitiram-lhes captar recursos financeiros e o investimento estrangeiro. Paulatinamente, o Azerbaijão e a Geórgia desenvolveram planos similares de relançamento económico através de um enquadramento regional no escoamento das energias fósseis do Mar Cáspio. A Região Transcaucasiana tornou-se participante na conjuntura internacional e é hoje vista como uma garantia da satisfação estável das necessidades energéticas ocidentais. Representa uma linha de convergência geoeconómica entre a Europa e a Ásia

3.5.1 – A Geórgia

As autoridades não tinham a experiência que se exigia possuírem na construção do Estado independente para que não ocorresse nenhum desvio prejudicial à implementação das reformas económicas. No entanto, a conjuntura que se apresentou

complexificou o resgate da economia georgiana. Nodar Khaduri mostra que, “ao contrário dos outros países, o processo tornou-se especialmente difícil na Geórgia porque os fatores económicos, e mais importante, os não económicos, tal como os vinte anos de Guerra Cívil e Patriótica (1991-92), houve um crescimento extremo do crime, bloqueios de energias e transportes e uma Revolução. Estava a construir em simultâneo um sistema económico independente e um Estado independente” (2010, p.63).

Primeiro que tudo era essencial criar um sistema económico e monetário independente que incorporasse impostos, orçamento, regulação e método administrativo eficaz e que as privatizações fossem benéficas à alavancagem económica e também, as relações económicas com o estrangeiro fossem eficientes nos proveitos obtidos daí.

A “Terapia de Choque”¹³ na Geórgia em 1992 incidiu na estabilização financeira, liberalização dos preços, redução do défice orçamental, política austera de crédito, implementação de um sistema moderado de impostos e redução da despesa pública. Contudo, a administração central não detinha um sistema monetário nem instrumentos económicos que lhe facultassem a gestão conveniente de uma política orçamental e de impostos. A crise financeira foi consequência da inexistência de moeda própria, provocando a exposição à instabilidade regional. A subida vertiginosa dos preços foi também uma consequência da crise russa pois, a escassez monetária resultou em muito da desvalorização do rublo, que obrigou as autoridades russas a suspenderem o fornecimento da sua moeda à Região Transcaucasiana. Perante o cenário de ruptura financeira e na inexistência do Lari (moeda atual georgiana), o Banco Nacional da Geórgia emitiu títulos financeiros (cupons) que permitiram provisoriamente a transação de bens essenciais. A emissão de crédito sem controlo potenciou a enorme inflação, provocou problemas de bloqueio nos títulos emitidos e desconfiança na população, fez aumentar a instabilidade financeira e a desvalorização destes títulos.

A cooperação com o FMI e o BM a partir de 1994 promoveu reformas e uma das primeiras medidas anti-crise foi a eliminação do crédito sem controlo. Os preços da eletricidade, do gás, do pão, dos transportes, etc, continuaram a crescer e o aumento dos salários não conseguiu acompanhar os aumentos. A hiperinflação provocou câmbios

¹³ Modelo aplicado na Polónia em 1989 e que foi inspirador das reformas do sistema económico georgiano. O Vice-presidente Balcerowicz desenvolveu um conjunto de leis (Reforma de Balcerowicz) que permitiram: privatizações, liberalização dos preços, alavancagem do mercado interno, abertura da economia ao exterior e a livre circulação do Zloty (moeda nacional). A denominada “Terapia de Choque” fomentou a alavancagem e a estabilização económica, de onde resultou um crescimento médio de 4% na última década do século XX.

com desníveis vertiginosos (um dólar correspondia a 5,3 milhões de títulos financeiros) e o pão aumentou 40%. A recessão foi travada em 1994, o que permitiu acabar com o sistema de vouchers em 1995 e dar início a um processo de simplificação e de implementação de políticas de comércio livre (Nodar Khaduri, 2010, p.68).

O desenvolvimento económico resultou da introdução de ordem e disciplina financeira e da liberalização do comércio, dos preços e das relações económicas externas. Neste período foram alcançados patamares avançados de estabilização financeira com a criação do sistema bancário, de impostos e com a introdução da moeda nacional. No intervalo de um ano (1994–95) a moeda nacional fortaleceu-se, o Lari passou a corresponder em setembro de 1995 a 1 milhão de títulos financeiros e 1 dólar a 1,3 Lari. As reformas promoveram a confiança e procuraram a unificação monetária (ainda não foi totalmente possível porque as regiões separatistas da Abcázia e da Óssetia do Sul continuam a considerar o rublo como moeda de referência (Nodar Khaduri, 2010, p.68)).

A “Revolução Rosa” (2003) recusou implementar o mercado de trabalho, a segurança alimentar, aboliu o Serviço Anti-Monopolista e no código de trabalho são ainda reconhecidos direitos superiores aos empregadores. A aproximação da Geórgia à Europa Ocidental ainda está comprometida, porque a remoção destes parâmetros restringiu os reguladores económicos. No entanto, a orientação europeia é reconhecida no contexto das reformas exigidas a um Estado Membro da UE. A substituição da estruturas de eliminação de monopólios por legislação do comércio livre e da competição foi considerada uma medida de promoção da competição. Em 2010, o processo de “Larização” visou fortalecer o uso interno da moeda nacional como instrumento generalizado de pagamento, procurando anular a confiança e o uso do dólar e do euro no mercado interno (Nodar Khaduri, 2010, p.69).

A “Revolução Rosa” procurou uma liberalização económica agressiva. O princípio da propriedade privada e da sua inviolabilidade foi adulterado. As privatizações esconderam expropriações sem direito a compensações e a distribuição dessas propriedades foi posteriormente entregue a investidores estrangeiros sob preços elevados. No decorrer do governo de Saakashvili assistiu-se gradualmente a alterações nas estruturas económicas, que se aproximam do caminho europeu e do compromisso de harmonização com a UE (Nodar Khaduri, 2010, p.69).

O liberalismo económico procura uma política económica independente da Rússia. A introdução da simplificação e do licenciamento dos instrumentos económicos potenciaram o afastamento do passado soviético, contribuíram para o crescimento e combate à corrupção. Todavia a Região Transcaucasiana está intimamente relacionada com o outro lado da fronteira. Os indicadores económicos da Geórgia (gráfico 1) mostram que o crescimento do PIB tem sofrido flutuações e que isto é uma correlação da conjuntura político-económica com os seus vizinhos. O embargo aos produtos da Geórgia que a Rússia aplicou (1989-02) e a Guerra desencadeada em Agosto de 2008 provocaram a contração económica. A inflação (gráfico 2) (1994-97) foi um forte entrave à estabilização financeira e à criação de confiança favorável à atração de investimento estrangeiro que veio a ser necessário à alavancagem da economia georgiana. Com a participação do FMI e do BM foi possível a construção do sistema financeiro e monetário e a regulação dos impostos permitiu a criação a estabilização do valor do Lari.

A balança de pagamentos (gráfico 3) é negativa desde 2004. O volume das importações é muito superior às exportações, sendo mais acentuado desde 2007. A captação de investimento estrangeiro (gráfico 4) tem compensado este desnível pois tem contribuído para o equilíbrio financeiro. Os valores investidos sofreram um abrandamento com a Guerra de Agosto de 2008 e com a crise económica instalada no mundo ocidental.

O controlo da despesa pública nos últimos dois anos (gráfico 5) fez diminuir o consumo da riqueza produzida para valores inferiores a 1/3. O défice reduzido (2011-12) mostra que o controlo do endividamento é uma preocupação para manter a economia saudável.

A Geórgia tem uma força de trabalho importante (gráfico 6). No ano de 2012 representava 42% (1,7 milhões de empregados e 305 mil desempregados¹⁴) da população total (4,8 milhões de indivíduos). A diminuição do número de empregados em 2,5% entre 2004 e 2012 está relacionada com a implementação do sistema social de reformas, a Guerra na Ossétia do Sul que provocou fugas da população para o outro lado da fronteira norte e destuiu postos de trabalho. O Código do Trabalho aprovado em maio de 2006 reflete a política reguladora de emprego e da formação do mercado de

¹⁴ Os indivíduos da população ativa que nunca tiveram uma atividade profissional não são contabilizados como por desempregados.

trabalho. Até 2012, o desemprego não baixou dos 15% do total da força de trabalho contabilizada.

O conjunto de reformas económicas e sociais visaram a competitividade e a implementação de standards sociais europeus e a análise aos setores económicos em 2011 revelou que a Geórgia se transformou numa economia de serviços (gráfico 7). O Plano de Ação de Política Europeia de Vizinhança (ENP) seguido pela Geórgia pretende proteger os direitos humanos, as liberdades fundamentais e a criação de condições para a melhoria da qualidade de vida. O acesso ao trabalho é basilar na estabilização social. Porém, o desemprego (gráfico 6) aumentou desde a Guerra de Agosto de 2008. Atingiu 16% (2009-10) da população ativa e manteve-se nos 15% (2011-12). A crítica incide na eficácia dos incentivos ao emprego e no Código do Trabalho aprovado em 2006 que é considerado discriminativo, porque permite o despedimento sem aviso prévio (Levan Gogelashvili, 2010 pag122).

É aconselhado: melhor eficiência legislativa nas iniciativas de promoção do trabalho; independência financeira dos governantes locais para providenciarem programas de emprego; desenvolvimento de um planeamento orçamental que force o investimento nas capacidades da força de trabalho e que forge a competitividade conjunta entre os empregadores e os empregados (Levan Gogelashvili, 2010 p.126).

As relações de mercado com os parceiros comerciais da União Europeia (UE) e da Comunidade de Estados Independentes (CEI) obrigam a Geórgia a considerar o Ocidente e os vizinhos de fronteira como os seus parceiros já que estes representam 64,6% das exportações (gráfico 8) e 64,2% das importações totais (gráfico 9). Assim, o peso destes mercados é grande e qualquer alteração provoca uma onda de choque na economia nacional. Porém, a Geórgia goza de um trunfo geopolítico importante como sublinha Pedro de Pezarat Correia: *“Por ela passa qualquer alternativa ao escoamento do petróleo e do gás natural que evite traçados em território russo. É também um fator do qual são altamente dependentes as economias dos Estados Transcaucasianos... que vivem sob pressão permanente das potências regionais vizinhas e é exactamente com aquelas que partilham fronteiras comuns que as relações são mais difíceis, a Geórgia com a Rússia, a Arménia com a Turquia, o Azerbaijão com o Irão. Por isso procuram alianças com as potências mais hostis aos vizinhos próximos, na lógica de que o inimigo do meu inimigo meu amigo é, formando-se teias complexas de cumplicidades*

triangulares, Rússia-Arménia-Irão de um lado, Turquia-Geórgia-Azerbaijão do outro (2010, Vol.2, p.279).

As relações privilegiadas da Geórgia com Washington e o apoio na sua libertação da influência russa contraria a “Rússia Unida”¹⁵. Vladimir Putin luta pela manutenção da coesão russófona através do bloqueio aos produtos georgianos em 2006, fecho da ligação ferroviária em Samtredia (Rússia), que provocou o corte da comunicação entre as empresas georgianas e russas, a fragilização interna com a implementação da força militar na Guerra na Ossétia do sul em 2008, o estacionamento de tropas na Abcázia e na Ossétia do Sul e a construção de bases militares em território georgiano provocaram fortes constrangimentos económicos e um enorme recuo nas relações Geórgia-Rússia.

O transporte dos recursos naturais do Azerbaijão através da Geórgia é fomentador de estabilidade nas relações Geórgia-Azerbaijão e um travão da política de segurança russa que ultrapassa as suas fronteiras e vê na quebra do seu controlo pelos recursos naturais um ataque à segurança nacional russa e uma contrariedade aos seus interesses. Neste contexto, A Geórgia terá presente um estado desgastante de confronto com a Rússia pois esta, tem vindo a desenvolver e a requisitar para si um espaço hegemónico na cena internacional dos hidrocarbonetos e nele estão, o que chama, os Vizinhos Próximos. E, como afirma Adriano Moreira, a Rússia “*não abandona o projecto de regresso a um protagonismo internacional de primeira potência, anima o patriotismo de recuperação, e introduz elementos de crise no tipo de relacionamento com a União Europeia, com as antiga repúblicas populares, e com os EUA*” (A Crise, a Segurança, a Mudança, 2010).

3.6 - A População Caucasiana

A constituição da União Soviética trouxe alterações profundas aos povos caucasianos. Ocorreram amplas e dramáticas migrações da população. Muitos refugiados abandonaram as suas casas e as suas terras e atravessaram as fronteiras vizinhas rumo ao Irão, Afeganistão, Turquia e China.

¹⁵ Partido político de orientação ideológica de centro-direita, fundado a 1 de dezembro de 2001 que reúne o partido comunista da Federação Russa, o partido Rússia justa e o partido liberal democrata liberal da Rússia. Apoiou Vladimir Putin e Dmitri Medvedev nas últimos quatro eleições presidenciais.

A desintegração da URSS e o fim do cidadão soviético expôs a complexa rede de povos e minorias em que, a memória coletiva se fragmentou e estes mesmos povos se tornaram diáspora nos vários Estados da região. O povo russo deixou de ser a etnia dominante, tornou-se vizinho e diáspora.

3.6.1 – A População Caucasiana no Período Soviético

A formação do Estado Etno-federal impôs políticas autoritárias. Fixou população russa nas Repúblicas Autônomas, nas Regiões Autônomas e Territórios Nacionais (as três grandes divisões administrativas da URSS) para fortalecer o controle administrativo. Deslocou população das três identidades distintas (uzebeques, casaques e turcos) para outras regiões, procurando o enfraquecimento dos pontos de afastamento e de potencial separação do ideal da União.

As políticas sociais do passado soviético contribuíram para a conflitualidade do Cáucaso. O cidadão soviético foi enquadrado num sistema de Estado transétnico em que o registo da nacionalidade no passaporte interno encorajava à declaração da etnia. Foi visto como um instrumento de controlo sobre as minorias. Em simultâneo, apelou-se ao ideal patriótico e à lealdade a Moscovo através da coação demonstrada nas movimentações da população. A imposição serviu também para resolver o problema da definição das fronteiras que não correspondiam ao contexto cultural dos grupos pois, a sua história esteve sob bandeiras diferentes.

A combinação de migrações forçadas, deportações e obtenção da língua e cultura russa criou um sentimento oposto à homogeneidade. Contrariamente ao tipo de etnofederalismo pretendido. Os grupos étnicos deram início à nativação, quebraram o elitismo social e as políticas de centralização. Acederam aos cargos diretivos da administração local, alcançaram o reconhecimento das minorias, lutaram pela liberdade cultural e a partir de 1980 iniciaram o movimento de regresso à terra mãe. A tensão aumentou com a reclamação pela redefinição das fronteiras. Este momento demonstrou a complexidade que foi criada com as deslocações das diferentes etnias cujas ocupações das suas terras por outros veio mais tarde a desenvolver uma imagem de usurpação identitária.

Em 1988, eclodiu o primeiro confronto étnico conhecido por “Nagorno–Karabakh”, onde Arménios e Azeris lutaram pela região em luta armada. Surgiu o “mito

da terra”, em que ambos reclamam o território como parte da sua identidade. O conflito provocou um movimento de deslocados (300 000 armênios, 200 000 russos e 250 000 azeris para as respectivas Repúblicas) (Touraj Atabaki, 2005, pp 1-9).

A independência das Repúblicas trouxe também tensões étnicas e políticas porque a substituição da identidade russa por referências ancestrais não encaixaram no atual perfil dos povos. Nalguns casos a nova identidade foi retocada e moldada de acordo com o distanciamento que cada uma pretendia ter da Rússia. Ao russo foi-lhe retirado o estatuto de língua franca e a cada república independente foi apresentada a sua língua nacional.

A nova realidade das fronteiras políticas levou à criação das diásporas no Sudoeste e Sudeste da Federação Russa. A teia de povos nas Repúblicas do Cáucaso do sul define o que é a diáspora na região. Sendo um segmento da população que vive fora da sua terra, aqui a distribuição étnica, foi-se desenvolvendo com os vários impérios que dominaram no passado e mais recentemente pela União Soviética. Esta teia¹⁶ de minorias entrecruza russos, azeris, georgianos e armênios com os povos vizinhos e outros, tais como gregos, judeus e curdos.

3.6.2 – A População do Cáucaso do Sul Independente

As mudanças políticas no processo de formação das três Repúblicas (Arménia, azerbaijão e Geórgia) provocaram o desenvolvimento de identidades próprias. Na Geórgia aprofundou-se a separação abcaz e osseta do sul pois, recuperaram a sua identificação histórico – cultural com o território onde vivem, sem reconhecerem à Geórgia legitimidade política e administrativa sobre eles.

As diásporas têm uma importância específica nas três Repúblicas. No processo de independência foram parte do suporte financeiro de alguns conflitos regionais. As comunidades azeris e armênias apoiaram o conflito de Nagorno – Karabakh; a comunidade osseta do norte ainda dá apoio financeiro, logístico e moral à Ossétia do Sul na separação da Geórgia e tem por objetivo a criação da Grande Ossétia; os Chechenos deslocados da sua terra foram incentivados a participar com financiamento e efetivos na independência da Chéchenia. A Rússia com um comportamento semelhante

¹⁶ A tabela 1 apresenta a dificuldade que cada Estado do Cáucaso do Sul tem em definir etnicamente o seu povo.

legitimou o separatismo abcaz e osseta do sul, interferindo nas divisões internas da Geórgia, o que lhe permitiu recuperar alguma influência política e ampliar a sua estratégia geoestratégica.

O esforço por um território independente desenvolveu o desejo de criação ou restauração de novas formas comunitárias. As minorias fizeram alianças solidárias na tentativa de alcançarem a dimensão ideal para a construção dos seus territórios.

A tabela 2 apresenta o total de 17 milhões de habitantes, distribuídos por grupos étnicos onde se verifica que a fronteira política não coincidia com as práticas de migração soviética, que ao desintegrar-se originou dinâmicas de regresso. A diáspora russa e arménia está presente nos três países. A população azeri não está presente na Arménia porque regressou ao Azerbaijão no decorrer do conflito de “Nagorno–Karabakh”. Os três Estados independentes do Cáucaso do Sul reforçaram o grupo étnico correspondente com o regresso proveniente da Rússia de grande parte da sua população.

A população georgiana sofreu uma redução de indivíduos após a sua independência. Foi o resultado do regresso de russos, ucranianos, gregos, turcos, azeris e arménios aos seus países de origem. Os conflitos separatistas que se seguiram provocaram várias ondas de refugiados e deslocados de guerra movimentou 250 mil indivíduos da Abcazia para as regiões vizinhas. Entre 1989 e 2012 (tabela 3) a Ossétia do Sul perdeu aproximadamente 31000 habitantes, o que representou a deslocação de 36,4% dos habitantes na Ossétia do Sul. Os ossetas foram recebidos na Ossétia do Norte e os georgianos nas restantes regiões não separatista. A opressão socio-política georgiana aproximou o outro lado da fronteira e refletiu a forte discriminação étnica desenvolvida pelas entidades políticas no interior da Geórgia.

Os Censos russos de 2010 contabilizaram 528 515 ossetas (do norte e do sul) no seu território sem fazerem referência à atribuição de cidadania russa a abcazes e ossetas do sul em 2008. Esta decisão política criou um canal de relacionamento direto entre Moscovo e as capitais das regiões separatistas, Sukhumi e Tskhinvali. No sentido contrário, escavou uma grande distância em relação a Tbilissi, o que fez diminuir o significado da linha de fronteira, que era ténue ao dividir a meio um povo e separar a memória coletiva da realidade atual.

As dinâmicas dos povos da Geórgia refletidas na Tabela 3 mostram a perda de 606 mil pessoas entre 1989 e 2012. Os conflitos internos geraram danos difíceis de

conciliar numa relação pacífica entre as várias regiões internas. A deslocação de refugiados abcazes e ossetas do sul que se deslocaram para as regiões vizinhas da Rússia são prova disso, mas também a sua concentração nas respetivas regiões. A restante Geórgia ficou sem indivíduos abcazes e ossetas, aprofundando as divisões internas que foram o argumento russo para a Guerra de 8 de Agosto de 2008 com a Geórgia. Exatamente pela defesa da população inocente onde foi incluída a população russa na Ossétia do Sul.

3.7 - A Identidade na Geórgia

“A identidade social, individual ou coletiva, remete sempre para as diferenças em relação aos outros, mormente no reconhecimento destas, também por parte dos que as partilham como pelos que lhes são estranhos. Tal implica contacto entre grupos ou tecidos sociais culturalmente distintos e que se concebe como tal.”

(Paulo Bessa 2011)

A identidade resulta da construção exógena proveniente das relações entre grupos vizinhos onde as diferenças são potenciadas pelos mesmos. A Geórgia procura afastar-se da primazia russa e debate-se de igual modo com a diferenciação dos ossetas e dos abcazes na relação com os restantes georgianos. A sedimentação dos acontecimentos do passado faz parte da memória das gentes e os conflitos pós-soviéticos tornaram mais vivas as diferenças étnicas. Foi um apelo ao aprofundamento das divisões sociopolíticas onde o passado histórico tem um significado construtivo e referencial e como salienta Paulo Bessa, *“as diferenças culturais constituem fronteiras simbólicas, mas ao mesmo tempo reais, emergindo o passado [como] um mapa [cognitivo] para a ação contemporânea (...). A etnicidade não seria politicamente operacional no presente sem a memória histórica (por vezes longínqua), o que origina formas de mobilização social que não correspondem objetivamente ao contexto atual, mas sim à visão deste condicionada pelas formações sociais do passado. Assim, a expressão étnica é efeito subjetivo de um contexto presente na estrutura social do grupo relativamente ao fenómeno contemporâneo (...). Constitui a permanente construção – desconstrução e mestiçagem que conduz gradualmente à distinção do outro”* (2011, p.86).

3.7.1 - A Desunião Étnica e a Tentativa de Homogeneização da População

A desunião na Geórgia resultou das tradições e de um conjunto de práticas impostas, impregnadas de simbolismo, sem referências ao passado osseta ou abcaz e que visam desenvolver crenças, valores e comportamentos georgianos. Neste sentido, surgem em oposição e não asseguram identidade própria e laços de lealdade, nem a coesão territorial.

A abolição do “Estatuto de Autonomia” da Abcazia e da Ossétia do Sul pela Geórgia está na origem dos conflitos internos e nas conseqüentes deslocções dos grupos étnicos. A instabilidade social gerada das alterações políticas¹⁷ resultou em declarações separatistas da Abcázia e Ossétia do Sul.

3.7.2 - A Complexidade Étnica na Relação Geórgia-Rússia

O desejo nacionalista da passagem multicultural para um contexto unidimensional reitera a discriminação desde a independência da república. O processo de Georjinização¹⁸ procura a purificação da etnia dominante e manter a sub-representação das minorias na sociedade. Acontece desde o período soviético com destaque para os cargos políticos e a formação académica. A condição da língua georgiana imposta aos estudantes procura eliminar as línguas étnicas e provoca a deslocção dos estudantes para realizarem os seus estudos no seu país de origem étnica.

Na tomada de força para fortalecer a administração central da Geórgia não foi calculada a aproximação étnica aos dois lados da fronteira caucasiana. A campanha publicitária do poder político falhou porque a vulnerabilidade provocada pelas divisões regionais foi moldada pela Rússia, que aproveita a solidariedade comunitária para ganhar vantagem no confronto estratégico com os EUA e OTAN.

A língua russa impossibilitou no passado a assimilação da língua georgiana como “*impressão digital cultural*”¹⁹ e aproximou a família osseta e abcaz às memórias

¹⁷ A Tabela 4 mostra a evolução contrária à política de homogeneização étnica para o território.

¹⁸ Termo utilizado por Per Gahrton para definir o processo de anulação da minorias étnicas na Geórgia.

¹⁹ Expressão utilizada por Paulo Bessa para definir o valor da língua no tecido social.

do passado soviético, fomentando-lhes o desejo de reposição do *status quo* anterior à independência da Geórgia.

A ambição da Geórgia em se tornar membro da UE e da OTAN pressionou o governo a ratificar em 2005 a Convenção para a Proteção Nacional da Minorias. No entanto, não pode ainda constituir-se em pleno enquanto decorrer o separatismo na Ossétia do Sul e na Abcazia. O Comité dos Direitos Humanos da Nações Unidas referiu em 2007 que o grande obstáculo ao equilíbrio social é a resistência aos Direitos Culturais e o fraco nível de representação das minorias (Per Gahrton 2010, p.216).

Terminado o conflito de Agosto de 2008 entre a Geórgia e Rússia, a Comissão Europeia tem trabalhado com a Geórgia na pressecução da Política de Vizinhança Europeia (ENP) com objetivos claros de alcançar níveis de estabilidade política e social que fixe a população e desencorage as migrações rumo à UE. Em Maio de 2009 foi adoptada pelo governo de Tbilissi a Estratégia Nacional de Integração e o Conceito Nacional para Tolerância e Integração Cívil de modo a criar condições de integração das várias línguas e das minorias existentes na sociedade georgiana (Relatório ENP da Comissão Europeia, 2009).

CAPÍTULO 4 – A GEÓRGIA E A RÚSSIA, ÚLTIMOS DEZ ANOS

4.1 - O Fim de uma Lua de Mel

A Lua de Mel entre a Rússia de Boris Yeltsin e o Ocidente teve o ponto de viragem em 1997, quando os EUA apresentaram a Geoestratégia para a Eurásia. O conselheiro presidencial americano, Zbigniew Brzezinski, considerou a distribuição de poder na Eurásia como de importância decisiva. A versão moderna do “*Great Game*” desenvolveu-se rapidamente pois procurou-se transformar o Cáucaso do Sul numa fronteira económica do Ocidente. A criação de um corredor de ligação ao transporte de hidrocarbonetos da região do Mar Cáspio tornou-se crucial na alternativa energética. A implementação de uma fronteira militar para a deslocação a partir de 2002 de equipamentos e de contingentes para a Ásia Central permitiu à OTAN estender a sua influência junto da fronteira sul da Rússia. Ficou assim vincada a situação nuclear do Cáucaso do Sul na campanha geoestratégica onde os poderes ocidentais procuram alcançar o domínio da Europa, Ásia, Médio Oriente e África (Per Gahrton, 2010, pp 1-10).

Dez anos passados sob o estender do Ocidente até à Europa do Pacto de Varsóvia surgiu um momento crucial nas relações da Rússia com os EUA e o resto do mundo. Após a Cimeira de Munique, a Conferência de líderes mundiais sobre Políticas de Segurança que teve lugar no dia 10 de Fevereiro de 2007 em Bayerrischer Hof, os princípios orientadores da relação Rússia – Ocidente foram clarificados e reconhecidos pelos países após protesto do presidente russo sobre más praticas anteriores no que dizia respeito aos Estados pós-soviéticos onde a Rússia considera ser naturalmente a sua zona de interesses privilegiados.

Vladimir Putin apresentou-se frio no controlo da linguagem corporal. Michael Stuermer mostra como discursou determinado, revelando o sentimento russo relativo ao que “*o Ocidente tinha, unilateral e injustamente, explorado o período conturbado por que os herdeiros da antiga União Soviética haviam passado recentemente; que em vez de prestar ajuda à Rússia pelas suas perdas, tinha feito todo o possível por assegurar a hegemonia geopolítica em toda a Europa de Leste e na maior parte da Ásia Central; que as relações do seu país com a OTAN eram, no mínimo, delicadas; que os russos se encontram cercados na sua própria casa desde a porta de entrada no Báltico, ao pátio*

das traseiras, no Usebequistão; que a recente expansão da OTAN à Europa de Leste o melindrara; que os EUA não tinham honrado as declarações de boa vontade expressas nos acordos; que o Ocidente não tinha a menor ideia do que estava em jogo na Chechénia” (2009 pag 24).

Os EUA e o resto do mundo, volvidos quinze anos, foram confrontados pela Rússia sobre o pretense mundo unipolar que tinha sido expresso no artigo de Patrick Tyler publicado pelo International Herald Tribune em 1992²⁰.

A nova ordem mundial passou a fazer parte da agenda internacional russa. Putin sabia que a Guerra dos Balcãs em 1992 serviu para rever o papel da OTAN, tornando-a num instrumento de liderança mundial, o que não convergia com os interesses regionais da Rússia na concretização do projeto do Império Liberal que a elite política russa ambicionava alcançar no século XXI. O ataque de 11 de setembro de 2001 ajudou a Rússia no intento de eliminar os focos internos sessionista pois, ao manifestar a sua solidariedade e disponibilidade para colaborar com Washington obteve da comunidade internacional a tolerância necessária para intervir na Chechénia sem a contestação estrangeira.

O reconhecimento internacional da Independência do Kosovo foi mal recebido e desaprovado por Moscovo porque é um precedente que poderia tornar-se num símbolo dos movimentos separatistas dentro da Federação Russa e causar instabilidade interna e regional na Eurásia. Contrariamente a esta posição, o reconhecimento da Independência da Abcázia e da Ossétia do Sul prova que a orientação política russa vai no sentido da recuperação a longo prazo das estruturas territoriais e de poder da Era soviética. Assim, a intervenção na Geórgia também simbolizou o envio de um sinal de força à Ucrânia e aos Estados europeus fronteiriços com a Rússia. Vladimir Putin insinuou a possibilidade de desmembramento da Ucrânia caso esta, se torne membro da OTAN porque na região da Crimeia está atracada a frota sul da armada russa e é constituída maioritariamente por cidadãos russos. Posteriormente negociou com a Ucrânia prorrogação a utilização da base militar de *Sebastopol* até 2042.

²⁰ “o Departamento de Defesa dos EUA na Era Pós-Guerra fria deve assegurar que nenhuma superpotência rival será autorizada a emergir na Europa Ocidental, Ásia, ou no território da anterior União Soviética... e que deve convencer os potenciais competidores de que não devem aspirar a um grande papel ou prosseguir numa postura mais agressiva para proteger os seus interesses legítimos” (Pedro Pizarat Correia, 2010 p.72)

A Rússia demonstrou ser capaz de sabotar a integração dos Estados membros da CEI na aliança atlântica através duma execução estratégica que foi bem sucedida e onde as forças atacantes atuaram de modo rápido e eficaz. Politicamente, a intervenção afetou a estabilidade regional, isolou temporariamente a diplomacia russa e expôs as divisões existentes entre os membros da OTAN relativamente ao seu alargamento aos países da fronteira sul da Rússia. Militarmente, o crescimento de poder revelou a necessidade de doutrinar e capacitar as forças armadas russas de operacionalidade de acordo com o equilíbrio no uso da força. Esta ação pode ter servido de preparação para outros conflito internos ou regionais.

O alargamento da aliança atlântica e o sistema de mísseis de defesa a colocar em território próximo da fronteira provocou o alarme e uma posição de recusa russa. O presidente Medvedev colocou este perigo na agenda da sua política externa porque a conjuntura que poderia decorrer paralisaria o restabelecimento da esfera de influência. A zona de interesses privilegiados na periferia obriga a Rússia a dizer às instituições internacionais que a aprovação e a discussão destes temas só é possível através de um canal direto com a Federação Russa.

4.2 - A Oportunidade Criada com a Guerra Rússia-Geórgia de 2008

“Todos os conflitos possuem dimensões únicas e necessitam de ser abordados com soluções à medida”
(Knud Bartels, 2013)

O mês de agosto de 2008 revelou o mecanismo estratégico da política externa russa através do conflito regional que envolveu a Rússia, a Geórgia e a Ossétia do Sul. A Política Interna de Segurança foi acoplada à ação fora de fronteiras e colocou no mesmo plano o processo de russificação soviético e a atribuição posterior de cidadania russa aos ossetas e abcazes.

A Geórgia debate-se com forças separatistas na Abcázia, Ossétia do Sul e Adjária desde a desintegração da União Soviética. Das três regiões só a Adjária está integrada plenamente na República Democrática da Geórgia. A herança deste período contempla relações umbilicais com a Federação Russa. Existem bases militares russas em território georgiano e ambos testemunharam no período soviético a integração das

regiões separatistas na República Autónoma Socialista da Geórgia através da Constituição de 1978. No decorrer da Declaração de Independência da Geórgia em 1991 a Abcázia evocou a Constituição de 1921 onde deteve o mesmo estatuto autónomo e reclamou a sesseção.

A Ossétia do Sul viu abolido o seu estatuto autónomo em 1990 e desejou unir-se à Ossétia do Norte (região russa). O conflito desencadeado pela Abcázia contra a Geórgia construiu uma conjuntura de instabilidade regional favorável aos interesses da Rússia, que deu assistência às tropas abcazes, provocando a retirada das forças georgianas e permitiu a instalação de “peacekeepers” russos e da CEI nas zonas de conflito.

Isto marcou o início de uma estratégia de potencial anexação a longo prazo pois, as regiões separatistas não conseguem constituir-se em Estados independentes e procuram aprofundar as dependências política, económica e social com a Federação Russa. O comportamento da Abcázia, Ossétia do Sul e da Rússia alimentou o afastamento de Tbilissi a Sukumi e a Tskinvali pois, foram obtendo apoio militar, ajuda financeira e a cidadania russa para a quase totalidade das suas populações.

A “Revolução Rosa” substituiu em 2003 Shevardnadze, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Gorbachov, por Saakashvili, licenciado nos EUA, portador da declaração de intenção de restaurar a integridade territorial da Geórgia. O novo governo procurou junto da Comunidade Internacional apoio na substituição das forças independentistas e na retirada das forças russas (tropas e “peacekeepers”) do território georgiano pela autonomia integrada da Abcázia e da Ossétia do Sul sob o domínio de Tbilissi. Porém, não obteve a compreensão nem a aprovação de nenhuma das partes envolvidas, fosse do Conselho da Europa, da Federação Russa ou dos apoiantes ocidentais.

A escalada da tensão na Ossétia do Sul foi a oportunidade que a Rússia aguardava para argumentar a sua intervenção na defesa e proteção dos “peacekeepers” e dos cidadãos russos apanhados no meio do conflito. Permitiu também a construção de bases militares na Abcázia, que servirão de contrapeso ao posicionamento da aliança atlântica e desempenharão uma função securitária nos jogos olímpicos de 2014 organizados pela Rússia. O principal objetivo foi alcançar uma posição forte na região e demonstrar que o Cáucaso do Sul não se liberta das tensões sociopolíticas sem a

intervenção russa e que a segurança do investimento estrangeiro em Saakashvili depende da conjuntura política e regional.

A intervenção da Rússia e o seu relacionamento com a Geórgia mantém um enquadramento estratégico muito importante na contenção do avanço dos EUA, OTAN e UE para junto da fronteira russa e na eliminação da força do grupo GUAM, criado na reunião de esforços no combate ao “Abraço Russo”²¹.

A aproximação do Cáucaso do Sul à Europa Ocidental e à OTAN provocou uma profunda consternação no passado do Kremlin. A “Rússia Unida” de Putin construiu uma atitude pragmática sobre as relações que se desenvolveram nos últimos vinte anos: garantiu a aliança económica e securitária com a Arménia contra os oponentes turcos e azeris, perfilados com os EUA, reduziu a distância entre Moscovo e Baku através da visita presidencial no sentido da recuperação do fluxo de hidrocarbonetos para Novorossiysk e interveio na Geórgia mediante uma posição sobre-musculada, enviando a todos uma mensagem de posicionamento na cena internacional do antigo poder ressuscitado. Alertou também o Azerbaijão para que reconsidere a sua intenção de seguir a Geórgia na adesão como membro da OTAN.

O conflito foi também alimentado pela intenção do governo de Saakashvili eliminar do seu território as bases militares russas. A assistência financeira, treino militar e fornecimento de equipamento americano foi uma preocupação adicional russa ao ver a OTAN a atravessar o corredor caucasiano no combate ao terrorismo em direcção ao Afeganistão e a iniciar o estacionamento do poder militar na extensão sul da sua fronteira.

Até ao dia 8 de agosto de 2008, data do início do confronto armado a Geórgia foi alvo de um conjunto de ações de intimidação e constrangimento demonstrativas da abrangência das amarras geográfica, social, política e económica que ligam as Repúblicas Transcaucasianas à Ciscaúcasia e à Grande Rússia. Entre o ano de 2005 e 2008 a Rússia desenvolveu ações que podem ser consideradas subversivas: as explosões na Ossétia do Norte provocaram o corte no fornecimento de energia à Geórgia; a acusação a Tbilissi por alegadamente permitir a utilização do vale de Pankisi pelos rebeldes chechenos no seu abastecimento e receção de militantes terroristas; o abate de uma aeronave não tripulada (Drone) e a violação do espaço aéreo georgiano; o boicote

²¹ Representação da força do urso com a política externa e a presença russa nas tentativas de influência junto das repúblicas independentes (vizinho próximo).

aos produtos (agrícolas, vinho, água mineral) georgianos; a duplicação dos preços do gás; a recusa russa na substituição dos “peacekeepers” russos estacionados em solo georgiano.

A integração da Geórgia na região euro-atlântica no contexto das relações multilaterais (UE-Federação Russa-CEI) promoveria este Estado à condição de interlocutor regional junto da UE e, prevendo que seria a materialização da intenção de se separar definitivamente da família russa e que concretizaria a consolidação de uma parceria alternativa, afastaria da Europa os Estados membros da CEI. Daqui que, as medidas coersivas impostas pela Rússia ao seu vizinho próximo são uma combinação de destabilização da situação internacional para forçar a OTAN a redirecionar as suas relações no mar Negro e no Cáspio, o que veio a acontecer no Conselho²² Rússia-OTAN. O combate às ameaças transversais à política externa dos Estados tem sido uma otimização de uma oportunidade para estreitar as relações favoráveis da Rússia com o Ocidente. Neste sentido o diplomata russo Andrei Kelin refere que *“ao longo dos últimos anos, a OTAN e a Rússia fizeram progressos consideráveis no desenvolvimento da cooperação em matéria de luta contra o terrorismo... A ameaça que constitui o terrorismo internacional não diminuiu. Logo, o objectivo tem de ser a promoção da cooperação genuína contra o terrorismo, sob a forma de uma parceria estratégica entre a OTAN e a Rússia em toda a região euro-atlântica”* (2005, p.1).

4.3 - A CEI como Barreira ao Ocidente

“Acredito que a tragédia e maior erro do Ocidente foi ter perdido a oportunidade em 1990 de integrar a Rússia na casa comum europeia, tal como foi formulado por Gorbachev”

(Per Gahrton, 2010, p 223)

“A primazia nos interesses nacionais russos não permite um afastamento simples face ao posicionamento anti-russo”

(Maria Raquel Freire, 2011, p.291)

²² Os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 marcaram um ponto de viragem nas relações entre a OTAN e a Rússia. Revelaram a necessidade de combinar esforço. O Conselho Conjunto Permanente OTAN-Rússia adoptou no dia 13 de Setembro de 2001 uma declaração conjunta, condenando os ataques e expressando a vontade de trabalhar em conjunto às ameaças transnacionais. A Declaração de Roma *“Relações OTAN-Rússia: uma nova qualidade”*, de Maio de 2002 criou o Conselho OTAN-Rússia. O terrorismo é uma área fulcral na cooperação e “ajudar” a alcançar um melhor entendimento e uma maior aproximação entre os Aliados e a Rússia.

“A Geórgia não pertencerá a nenhuma aliança que não seja a UE ou a OTAN”
(Maia Panjikidze, MNE da Geórgia, 2013, p 22)

A Comunidade de Estados Independentes (CEI) foi constituída a 8 de dezembro de 1991 no acordo assinado entre Rússia, Ucrânia e Bielorrússia. A 21 de Dezembro de 1991 aderiram: Arménia, Azerbaijão, Casaquistão, Quirguistão, Moldova, Turquemenistão, Tajiquistão e Uzebequistão. A Geórgia tornou-se o 12º membro em 23 de outubro de 1992.

A integração dos Estados é um processo multifacetado com níveis diferenciados, dimensões variadas e está sujeito à abrangência dos interesses russos, o que resultou numa cooperação diversificada. A presidência russa sustenta as intervenções no espaço pós-soviético através da defesa dos direitos e liberdades fundamentais. Faz uma referência permanente à defesa dos direitos das minorias russas que habitam neste “Vizinho Próximo”.

A estrutura é comparada a uma confederação integrada no sistema regional, que defende a igualdade soberana entre os Estados-membros no sentido de agregar as repúblicas herdeiras do passado soviético na defesa dos direitos humanos, incorporando também um sistema de defesa militar (Tratado de Segurança Coletiva). Foi ratificado na carta de 2005 por todos com exceção da Ucrânia, que passou a considerar-se não membro. Esta componente de defesa adquiriu o termo de Organização do Tratado de Segurança Coletiva. Os sete membros da OTSC (Arménia, Bielorrússia, Casaquistão, Quirguistão, Rússia e Tajiquistão) apoiam-se no exercício militar conjunto (Rebuz 2008) e na realização de treino tático, de operações e estratégia, fomentando a segurança coletiva e parceria.

A CEI constituiu uma zona de comércio livre em outubro de 2011. No entanto, o acordo não foi ratificado pelo Azerbaijão, Uzebequistão e Turquemenistão. São países detentores de recursos energéticos cobiçados pelos Grandes Estados, que lhe facultam uma capacidade extra de manobra na cena internacional.

A Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldova constituem o grupo GUAM e foi criado à margem da CEI em junho de 2001. É uma organização apoiada pelos EUA para a cooperação, promoção dos valores democráticos, envolvimento internacional na segurança regional, no caminho de adesão à UE e que possibilite a restrição da influência russa.

A Rússia foi confrontada com a pressão de uma nova ordem mundial, desde o final do século XX e sobretudo com a atração internacional pela oportunidade geoestratégica que a região podia proporcionar. Os analistas americanos, com o destaque de Patrick Tyler²³ consideraram que era o momento de estruturar a presença dos EUA através de relações diretas no Cáucaso. Pedro de Pezarat Correia acrescenta que *“a estratégia da Rússia visava responder à penetração norte-americana. O plano era simples, os novos Estados, como membros da CEI, deviam aceitar que a segurança nas fronteiras com o Irão e Turquia se mantivesse a cargo de tropas russas que, conseqüentemente, aí manteriam bases militares. Além disso a Rússia deteria o monopólio do transporte do gás e do petróleo do Cáspio para os mercados mundiais. As negociações dos Estados do Cáucaso do Sul com as grandes potências e organizações internacionais, EUA, UE, OTAN, seriam estabelecidas através de Moscovo. Era, enfim, a manutenção do estatuto de soberania limitada que, na Era Bresnev, vigorava com os Estados do Pacto de Varsóvia”* (2010, p.291).

O envolvimento dos membros comportaria um compromisso funcional num espaço homogéneo e equitativo. No entanto, a instrumentalização pela Federação Russa viu a eficácia da organização e capacidade de atuação reduzidas. Maria Raquel Freire afirma que *“a Comunidade acabou por se revelar institucionalmente disfuncional, significando que o objetivo russo de influência e controlo se revelou limitado”* (2011, pag 291).

Vladimir Putin vem sublinhando a importância do “Vizinho Próximo” na política externa. Neste sentido a Federação Russa é a mais empenhada na missão da CEI. Definiu uma estratégia única através da concessão de recursos humanos, materiais e militares para as missões de defesa e proteção dos seus membros. A fragilidade da estrutura da Comunidade está relacionada com o fraco nível de coesão interna e é revelada na heterogeneidade das opções da ação. Maria Raquel Freire mostra que as diferenciações constituem um *“obstáculo adicional à formulação política e estratégica russa para a área, com políticas contraditórias e nem sempre direcionadas numa lógica de reciprocidade com efeitos positivos para as partes envolvidas, incluindo Moscovo”* (2011, p.61).

²³ Artigo “Pentagon’s new order: U.S. reign supreme” publicado no “Herald Tribune” em 1992, defendendo um posicionamento assertivo da política externa americana para o Cáucaso e Médio Oriente.

4.4 - A Questão da Regionalização na Geórgia

A cooperação OTAN-Rússia procura criar um espaço comum de paz, estabilidade e segurança em que, a OTAN assume não atacar a Rússia. É pretendido o desenvolvimento de uma parceria entre a Rússia e os aliados baseada na reciprocidade e no comprometimento entre as partes. A Declaração de Roma observa o respeito pelos princípios democráticos, pela soberania, independência e integridade territorial dos Estados.

Os construtores ocidentais do Conselho OTAN-Rússia acreditaram que o fortalecimento da parceria se basearia na confiança, transparência e que a previsibilidade sustentaria a segurança relativa a questões de partilha de interesses, defesa míssil, terrorismo, tráfico de droga e pirataria. A plenitude da aproximação oeste-leste teria o diálogo para a junção das partes envolvidas. Porém, a Rússia olhou com forte reserva a aproximação dos Estados independentes do Cáucaso do Sul à OTAN. A Geórgia estabeleceu as suas aspirações a membro da aliança e as ajudas que obteve serviram de guia ao desejo da restante região obter a estabilidade política, militar, económica e financeira favorável a cada Estado. A Rússia decidiu que estas medidas colocaram em risco o seu objetivo de potência dominante no “Vizinho Próximo”. A desacreditação russa²⁴ no valor do diálogo potenciou reservas sobre as ações da aliança pois a cooperação OTAN com a Arménia, o Azerbaijão e a Geórgia condicionam a construção da região eslava sob o domínio russo e que terá a CEI na estrutura regional.

A promoção de interesses comuns esbarra na segurança energética. Os membros da aliança têm investido na construção de alternativas ao escoamento russo do petróleo e do gás natural. A Rússia estabeleceu nas questões energéticas um pilar da estabilidade económica e de política regional. As razões de ambos conflituam-se nas regras do jogo geoestratégico porque, apesar da proximidade geográfica de áreas da OTAN²⁵, a Rússia mantém a cordilheira do Cáucaso na referência à sua segurança. Em contraponto, a Geórgia procurou tornar-se a chave das rotas de trânsito alternativo dos hidrocarbonetos.

²⁴ A contestação russa apontou o dedo aos EUA, acusando-os de pretenderem isolar a Federação Russa com a construção do sistema de defesa míssil em antigo espaço do Pacto de Varsóvia e utilizar as fraquezas da região caucasiana para fechar as fronteiras russas.

²⁵ A Turquia, como membro da aliança, torna-se uma questão justificativa para a intervenção ocidental na estabilização da região.

A Geórgia é de facto um Estado e um território fulcral nas relações entre as repúblicas do Cáucaso do Sul, a Rússia e o Ocidente. Aparentemente vive num emaranhado de problemas regionais graves e é motivo de disputa internacional. Adotou a postura de preservação da sua independência e de obter ajuda externa na resolução dos conflitos internos. A estratégia não teve o efeito esperado, porque nem o domínio russo foi eliminado, nem se resolveu a instabilidade. A esperança de integração nas instituições ocidentais desvaneceu-se, porque os entraves avolumaram a entropia e justificaram o recuo do Ocidente no ataque da Rússia de agosto de 2008 na Ossétia do Sul. Estrategicamente, foi uma operação cirúrgica com o objetivo de travar as dinâmicas de cooperação ocidental na região.

Na política externa georgiana influi uma encruzilhada de interesses por onde a Geórgia se assume como um elemento de comunicação entre regiões. A aproximação aos aliados desequilibrou as dinâmicas regionais porque as suas fragilidades (social, política, económica) são exploradas na construção da liderança russa. A elasticidade da fronteira está ligada à política externa da Rússia, porque na esfera regional as interdependências limitam um ator independente. A retirada da Geórgia da CEI em 2008 despiu-a de uma integração. Isolou-a da região, deixando-a com um pé no Ocidente e o outro à procura de sustentação.

O Estado georgiano foi-se constituindo membro de organizações internacionais, procurando uma segurança e uma estabilidade favorável e a OSCE, que seria um elo de estabilidade sobre os princípios que regem as relações entre os Estados, vê-se condicionada pela ação individual da Rússia que renunciou à intervenção pacífica. Ao quebrar o compromisso assinado na acta final de Helsínquia²⁶ desafiou a Europa e OTAN, mostrou uma posição de força, realçando o receio europeu de provocar maiores tensões na Federação Russa. Em simultâneo, o argumento forte de defesa das minorias revela a complexidade étnica e a dimensão social existente no Cáucaso do Sul. Qualquer perturbação causada por atores externos nos agentes políticos da região propaga fragmentações e agregações diversas consoante a filiação dos povos. As questões separatistas da Geórgia são também um problema regional, porque a desintegração da

²⁶ Os membros da organização (Rússia e Geórgia) afirmaram o compromisso em relação à paz, segurança e justiça. Porém o desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre os Estados da região caucasiana sofrem com a dificuldade russa em aceitar a dissolução da URSS que relega a importância da igualdade soberana, abstenção de recorrer à ameaça ou uso da força, inviolabilidade das fronteiras, integridade territorial e não intervenção em assuntos internos.

União Soviética ativou a explosão das atuais diásporas, que entrecruzam os povos e obrigam ao desenvolvimento de relações entre os países pós-soviéticos.

CONCLUSÃO

A autonomia da Geórgia está dependente da política externa russa. Na análise que fizemos à integração recorreremos à Teoria da Regionalização para perceber o atual posicionamento do Cáucaso do Sul e procurámos vislumbrar o trajeto possível no sentido de captar a força real e os interesses dos atores regionais e internacionais. A ambição georgiana de se tornar membro da OTAN e da UE tem raízes no período após a Grande Guerra.

A intervenção russa de agosto de 2008 estimula a sensação de que a Geórgia, ao descrever um trajeto de aproximação ao Ocidente, se transformou num “estrangeiro indisciplinado”. A par dos recursos naturais de algumas republicas, a Rússia pretende manter a supremacia e influência, combatendo em simultâneo a penetração dos atores externos na região. Procura a eleição no “Vizinho Próximo” de governos pró-Moscovo, todavia não conseguiu evitar que, à exceção da Bielorrússia, as repúblicas seguissem o seu caminho. A Rússia continua a ser a força dominante na região mas assiste desconfortável à criação de ligações de “bypass” entre os Estados vizinhos e os EUA, OTAN, UE e na Ásia, a China.

A nacionalidade russa da população das regiões separatistas é um entrave à possibilidade da Geórgia se juntar como membro das instituições ocidentais pois a Federação Russa irá fazer uso dos seus meios para resgatar a sua diáspora das mãos dos seus rivais. A persistência georgiana na entrada para UE ou OTAN poderá vir a ser afetada pela evolução da conjuntura internacional com possíveis redirecionamentos de interesses para fora do Cáucaso do Sul. Enquanto mantiver a sua sustentabilidade económica, a Rússia continuará a ser a potência dominante na região.

A fragmentação étnica é um forte embaraço à integração regional da Geórgia, porque as suas ações da integridade territorial provocaram desconfiança da população sobre as políticas de Saakashvili. A condução da autoridade foi enfraquecida e o governo perdeu legitimidade com os ataques às suas gentes. O apoio que possa ser dado pela Rússia será em favorecimento do seu domínio. Uma diminuição do investimento ocidental provocará uma fragilidade socio-económica para a qual a Geórgia não conseguirá responder convenientemente. Dará origem a desequilíbrios favoráveis a um reposicionamento russo na região.

Os conflitos, ligações a grupos terroristas, a violência, a corrupção e as atividades económicas obscuras próximos da fronteiras sul da Rússia fomentaram uma instabilidade de difícil resolução. As tensões étno-políticas na Abcázia e na Ossétia do Sul alvitram a incapacidade da CEI e da Rússia em conseguirem uma resolução assertiva na Geórgia, Arménia e Azerbaijão. Porém, poderemos considerar que, em concreto no Cáucaso do Sul, as conflitualidades existentes pesam na balança de poderes da política externa de Putin, que tomou para si a intervenção na região como forma de conter as referidas ligações ao exterior do espaço CEI. A retirada voluntária da Geórgia da CEI após o conflito com a Rússia criou um novo foco de divergência regional e fissuras, que são favoráveis à Geórgia por não estar sujeita ao domínio russo, mas o Ocidente (UE, EUA e OTAN) não facilitou o apoio à Georjinização que Mikheil Saakashvili supunha vir a conseguir.

A segurança energética é um pilar muito forte na sustentabilidade das relações político-económicas que a Europa mantém com o Cáucaso do Sul e Rússia. Esta, sabendo da existência de heterogeneidade na política externa europeia foi junto de alguns Estados (ex: Alemanha e Itália) desenvolver relações bi-laterais que lhe permitem manter a multiplicidade de interesses individuais para assim, conseguir fracionar as necessidades energéticas dos Estados membros da UE. Neste sentido, o investimento em situações de “bypass” tornaram-se menos importantes, porque as economias fortes negociam diretamente com a Rússia, desvalorizando a importância da Geórgia com chave de todo o processo alternativo. A situação da Geórgia poderá agravar-se a medio prazo com a exploração do gás de xisto. Prevê-se que os EUA sejam um dos maiores possuidores de reservas de gases não convencionais. O desenvolvimento de tecnologia e o rápido crescimento da exploração tem repercussões na Eurásia. A diminuição das exportações pode provocar um reajuste na política externa russa. Poderá olhar para os “bypass” dos hidrocarbonetos existentes em território georgiano e intervir no sentido de lhes diminuir os fluxos de transferência. O valor estratégico para os parceiros ocidentais da Geórgia diminuirá com o crescer da autosuficiência norte-americana, que em simultâneo reduzirá os seus interesses pelas energias fósseis do mar Cáspio e do Médio Oriente, reduzindo conseqüentemente a sua posição de policiamento na região, o que afetará a relação direta com a Geórgia, expondo-a às ações de influência russa. Vladimir Putin referiu-se ao gás de xisto como um perigo real, vislumbrando a continuidade do confronto com o Ocidente. O seu

comportamento poderá aprofundar as ações dominadoras no Cáucaso do Sul na procura de gerar instabilidade que lhe seja favorável.

O discurso à nação do Presidente Barack Obama em 2013 permite-nos perspetivar uma oportunidade do Cáucaso do Sul reforçar as relações de mercado transatlântico e de investimento norte-americano. Terá de desenvolver meios de aumentar a visibilidade da região, porque a prioridade europeia são os recursos energéticos. A compra de gás de xisto norte-americano e o investimento chinês na construção de um gasoduto e um oleoduto para o seu abastecimento direto irão provocar perdas na região, onde a Geórgia será a mais afetada pela diminuição de importância alternativa à Rússia. A par desta circunstância as alterações na missão da OTAN no Afeganistão têm atenuado a utilização do corredor transcaucasiano.

O Cáucaso do Sul tem a ganhar com a agregação da Turquia na criação de uma voz comum. A reinvenção da economia europeia deverá incluir a Ucrânia, a Arménia, a Geórgia, o Azerbaijão e a Turquia pois são essenciais na estabilidade regional e fornecimento à Europa das energias fósseis. A longo prazo poderá acontecer a ligação euro-atlântica do Cáucaso do Sul, mas para tal a região terá de assumir responsabilidades na implementação de políticas capazes de suportar uma grande integração.

A certeza da Geórgia está na sua dependência económica dos mercados europeu e russo. Uma possível estagnação da relação com a UE pode criar um espaço favorável à integração económica orientada pelos princípios dominantes da Rússia. Os recentes desenvolvimentos sociopolíticos em Tbilissi podem ser a antevisão de uma viragem da política externa georgiana. O Primeiro Ministro Ivanishvili foi eleito (1 de outubro de 2012) com o apoio da igreja ortodoxa que é manifestamente anti-ocidente. A sua presença na sociedade atribui-lhe a capacidade de mobilização da população porque é considerada a instituição mais credível. O movimento anti-homosexualidade é defendido pela igreja ortodoxa por considerar o dever de defender as tradições. Este retrocesso na democratização da nação coloca em Ivanishvili um elevado risco de perda de credibilidade perante a comunidade ocidental. Assim, este possível recuo promoverá a aproximação à Rússia, fornecendo-lhe o espaço útil para amarrar a sociedade ao mundo eslavo.

A Geórgia depara-se pela primeira vez na sua história de Estado independente com o desafio da partilha de poder entre o Chefe de Estado e o chefe do Governo.

Saakashvili foi eleito pelo Movimento Nacional Unido e Ivanishvili pela Coligação Sonho Georgiano. O programa de governo apresenta: a intenção de apresentar uma nova lei constitucional; de reverter o regime autocrático; de aprofundar o diálogo com a Rússia e de criar mecanismos de resolução de conflitos; uma diplomacia eficiente no encorajamento à resolução dos conflitos nas regiões separatistas, incluindo a participação das gentes; prosseguir a economia de mercado através de um modelo sustentável e dar continuidade ao processo de integração na UE e na OTAN.

A geopolítica do petróleo, a localização geográfica e a complexidade étnica da região caucasiana submetem a República Democrática da Geórgia à sua integração no Cáucaso do Sul. Estas duas últimas condicionantes serão imutáveis pelo que, a deslocação da Nação para outra conjuntura regional arrastará consigo os laços identitários provenientes do mundo eslavo. A Geórgia e a Rússia são possuidoras de interdependências que obrigatoriamente as mantêm em comunicação independentemente das estratégias políticas que cada líder procure introduzir no seu Estado.

A entrevista (anexo 1) ao Senhor Professor Adriano Moreira permite-nos compreender que o projeto dos 14 pontos para a paz do presidente Wilson²⁷ após o fim da I Guerra Mundial inspirou o desenvolvimento do Direito Internacional, no sentido da garantia da não agressão entre Estados. As relações internacionais evoluíram para o contexto da integração regional dos grande e pequenos Estados na Europa.

Percebe-se que a soberania foi afetada com a hierarquização das nações dentro da Organização das Nações Unidas (ONU) e com a criação do direito de ingerência que é utilizado na defesa dos Direitos do Homem mas, aquando de qualquer intervenção externa subsiste a quebra da garantia da salvaguarda da jurisdição interna e persiste a desconfiança sobre o real objetivo do interventor.

. Neste sentido, o Cáucaso do Sul tem problemas com a Federação Russa por esta não aceitar a nova ordem mundial e sua perda de poder. Sobretudo, o Senhor Professor Adriano Moreira refere que *“a ideia de superioridade dura mais do que os factos. A Rússia não perde a ideia e procura mantê-la. Poderá experimentar várias*

²⁷ O presidente americano Woodrow Wilson apresentou no dia 18 de Janeiro de 1918 um possível acordo de paz para evitar novos conflitos. Assim o presidente Wilson apresentou um tratado que ficou conhecido como “Os 14 pontos de Wilson”. O 14º ponto pretendia a criação de uma associação geral sob pactos específicos para o propósito de fornecer garantias mútuas de independência política e integridade territorial dos grandes e pequenos Estados.

formas para o conseguir: a aliança, a hegemonia ou tratado de livre circulação. Os grandes Estados como a Rússia têm dificuldade em reconhecer a perda de poder. Governa em democracia pela maioria dos interesses por isso pode desenvolver um regionalismo específico”²⁸.

Porém, não somos detentores de todo o conhecimento e por isso não é possível prever inequivocamente o trajeto das relações da Geórgia com o seu “vizinho próximo” na fronteira norte. Assim, não conseguimos responder concretamente sobre a possibilidade do espaço comum europeu vir a estender-se junto do mar Cáspio.

²⁸ Citação obtida na entrevista (anexo 1) pessoal ao Senhor Professor Adriano Moreira no dia 23 de junho de 2013 no seu gabinete na Academia de Ciências de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS:

Almeida, João Marques de (2008) – “A União Europeia e a Rússia após a Crise da Geórgia, o fim do Paradigma do Pós- Guerra fria”, in Revista Relações Internacionais (pp.17-29), Lisboa.

Alves, Brandão (1998) – “Litoralidade, Interioridade e Mobilidade Populacional”, in Dicionário de Temas e Citações de Interesse Político e Estratégico”, Ed Gradiva, Lisboa.

Asmus, Ronald D. (2010) – “A Little War that Shook the World: Georgia, Russia and the Future of the West”, Ed. Palgrave Macmillan, London.

Anderson, George (2008) – “Federalism: An Introduction”, Oxford University Press, Ontario.

Brezinsky, Zbigniew (2001) – “The Geostrategic Triad”, CSIS.

Brezinsky, Zbigniew (2008) – “America and the World”, New America Foundation, Ed. Basic Books.

Boniface, Pascal (2008) – “Dicionário de Relações Internacionais”, Plátano Editora, Lisboa.

Correia, Pedro de Pezarat (2010) – “Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume I e II”, Ed. Almedina, Coimbra.

Fisher, James (1995) – “Geography & Development. An World Regional approach”, 5st Ed., Printice Hall.

Freire, Maria Raquel (2011) – “A Rússia de Putin, Vetores Estruturantes de Política Externa”, Ed. Almedina.

Gahrton, Per (2010) – “Georgia Pawn in the New Great Game”, Pluto Press, London.

Gans, Chaim (2003) – “The Limits of Nationalism”, Cambridge University Press, NY.

Gellner, Ernest (1993) – “Nações e Nacionalismo”, Ed. Gradiva, Lisboa.

- Gill, Gealme (2008) – “Bourgeoisie, State, and Democracy, Rússia, Britain, France, Germany, and the USA”, Oxford Press, Oxford.
- Hobsbawn, Eric J. (1990) – “Nações e Nacionalismo desde 1780”, ed. Paz e Terra, São Paulo.
- Houaiss, António e Villar, Mauro de Salles (2005) – “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa”, Editorial Temas & Debates, Lisboa.
- Huntington, Samuel (1997) – “The Clash of Civilizations and The Invention of Tradition” Cambridge University Press, UK.
- Jr., Joseph S. Nye (2002) – “Compreender os Conflitos Internacionais”, Ed Gradiva, Lisboa.
- K., P.(1883) – “Geography oh the Caucasus”, (pp.470-472) Nature Publishing Group.
- Kagarlistsy, Boris (2002) – “Russia under Yeltsin and Putin”, Pluto Press, London.
- Kagarlistsy, Boris (2008) – “Empire of the Periphery. Russia and the World System”, Pluto Press, London.
- Kant, Immanuel (2009) – “A Paz Perpétua e outros Opúsculos”, Ed 70, Lisboa.
- Khanna, Parag (2008) – “The Second World, Empires and Influence in the New Global Order”, Penguin Books, London.
- King, Charles (2004) – “The Black Sea, A History”, Oxford University Press, Oxford.
- King, Charles (2010) – “The Ghost of Freedom: a History of the Caucasus”, Oxford University Press, Oxford.
- Marx, Anthony W. (2003) – “Faith in Nation, exclusionary origins of Nationalism”, Oxford University Press, NY.
- Medeiros, Eduardo Raposo (1998) – “Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo”, ed. ISCSP, Lisboa.
- Mitrany, David (1966) – “A working Peace System”, Quadrangle Books, Chicago.
- Monteys, Mónica (2005) – “Ásia Ocidental, Geografia Universal”, Ed. De Agostini.
- Moravcsik, Andrew (2009) – “European Integration Theory”, Oxford University Press, Oxford.

Morrow, John (2007) – “História do Pensamento Político Ocidental”, Ed. Europa-América, Lisboa.

OTAN (2007) – “Partners in the Southern Caucasus”, NATO Publications, E-bookshop.

OTAN (2010) – “Conceito Estratégico para a Defesa e Segurança dos membros da NATO”, adotado pelos Chefes de Estado, Lisboa.

Papava, Vladimer (2005) – “Necroeconomies: the Political economy of post communism capitalism, iuniverse.com, NY.

Rego, Helena Cristina (1997) – “A Nova Rússia”, Ed. Universidade Técnica de Lisboa – ISCSP, Lisboa.

Ribeiro, Henrique M. Lages (2008) – “Dicionário de Termos e Citações de Interesse Político e Estratégico”, Ed. Gradiva, Lisboa.

Sakwa, Ricahrd (2008) – “Putin, Russia’s Choice”, ed. Routledge, London.

Sousa, Fernando de (2008) – “Dicionário de Relações Internacionais”, Ed Afrontamento, Porto.

Stuermer, Michael (2009) – “Putin e o Despertar da Rússia”, Ed. Presença, Lisboa.

Suny, Ronald Grigor (2006) – “Russia the Twentieth century vol III, University of Michigan and University of Chicago, Cambridge University Press.

Tsreteli, Mamuka (2013) – “Why the South Caucasus Needs a Stronger U.S. and European Policy”, in Central Asia-Caucasus Analyst”, Ed CACS, Washington.

Tyler, Patrick (1992) – “Pentagon’s new order: U.S. reign supreme”, International Herald Tribune, in Correia, Pedro de Pezarat (2010) – “Manual de Geopolítica e Geoestratégia Vol.II, Ed. Almedina, Coimbra.

Unger, Mónica (2004) – “Ásia, Das Neue Bild Unserer Welt – Ansien”, Ed. Círculo de Leitores.

Van Der Leeuw (2000) – “Oil and Gas in the Caucasus and Caspian: a History”, Routledge, London.

Waal, Thomas de (2010) – “The Caucasus An Introduction”, Oxford University Press, Oxford.

White, Stephen (2011) – “Understanding Russian Politics”, Cambridge University Press, NY.

Zurcher, Christopher (2009) – “The Post-Soviet Wars”, New York University Press, NY.

ARTIGOS CIENTÍFICOS:

Atabaki, Touraj (2005) – “Transnationalism and Diáspora in Central Asia and the Caucasus, in Central Asia ad Caucasus Studies.

Bordachev, Timofei (2010) – “Georgia, Obama, the economic crisis: shifting ground Russia-EU Relations”, in Revista IFRI n.º46, Paris.

Chicky, Jon E. (2009) – “The Russian-Georgian War: Political and Implications for U.S. Policy”, Central Asia-Caucasus Institute, Stockholm-Sweden.

Cohen, Ariel e Hamilton, Robert E. (2011) – “The Russian Military and the Georgia War: Lessons and Implications”, Strategic Studies Institute, US Army War College-Carlisle.

Cornell, Svante/ STARR, Frederik (2009) – “The Guns of 2008: Russia’s War in Georgia”, Studies of Central Asia and the Causcasus, Ed. M.E. Sharpe, London.

European Comission (2009) – “Progress Report Georgia, European Neighbourhood Policy (ENP)”, European Union, Brussels.

Dmitrieva, Oksana (1990) – “Regional Policy and Regional Structure in the Former Soviet Union From Unity to Disintegration”, in “An Enlarged Europe Regions in Competition?”, Regional Studies Association, London.

Ebel, Robert/ MENON, R./ GLADNEY, D./HOFFMAN, D. (2000) – “Energy and Conflict in Central Asia and the Consensus”, Rowman & Littlefield Publishers.

Fean, Dominic (2009) – “Making good use of the EU in Georgia: the in Eastern Partnership and conflict Policy”, in Revista IFRI nº 44, Paris.

Fernandes, Sandra (2010) – NATO e Rússia, Novos Lances Estratégicos”, in Revista Relações Internacionais (pp.45-53), Lisboa.

Freire, Maria Raquel (2009) – “A Política Externa em Transição, o Caso da Federação Russa”, in Revista Relações Internacionais (pp.75-89), Lisboa.

- Gamner, Moshe (2009) – “Ethno-Nationalism, islam, and the state in the Caucasus, Post-Soviet disorder in the Politics of Transition in Central Asia and the Caucasus”, Central Asia Studies, ed. Routledge, NY.
- Gogelashvili, Levan (2010) – “Labour Market and Social Dialogue in Georgia”, in “Moving Closer to Europe? Economic and Social Policies in Georgia, Armenia and Azerbaijan”, Centre for Economic Problems Research, Tbilisi, Georgia.
- Haas, Hernst (1975) – “The obsolescence of Regional Integration Theory”, Institute of International Studies – Univ of California, Berkeley.
- Haas, Marcel de (2010) – “Russia’s Foreign security Policy in the 21st Century, Putin, Medvedev and beyond”, pp.135-183, Ed. Routledge Central Asia Studies, NY.
- Isakova, Irina (2005) – “Twenty-first Century, Geo-Strategy, Geopolitics and governance”, Frank Class Ed, London.
- Janashia, Eka (2012) – “New Georgian Government Confirmed, Announces Program”, in Central Asia-Caucasus Analyst”, Ed CACS, Washington.
- Janashia, Eka (2013) – “Georgian Soldiers Killed in Afghanistan”, in Central Asia-Caucasus Analyst”, Ed CACS, Washington.
- Khutsishvili, George and Gogueliani, Tina (2010) – “Russia and Georgia the way out of the crisis”, International Center on Conflict an Negotiation, Tbilissi.
- Makarychev, Andrey (2009) – “A Rússia, a Europa e o legado de 1989, Conflitos de Interpretação”, in Revista Relações Internacionais (pp.52-74), Lisboa.
- Martins, Vasco (2009) – “Explaining Today With Yesterday: Demystifying Nationalism in Russia”, IPRIS-Portuguese Journal of International Affairs”, Lisboa.
- Martins, Vasco (2010) – “The Geopolitics of Abkhazia’s Sovereignty”, IPRIS-Portuguese Journal of International Affairs”, Lisboa.
- Morales, Javier (2009) – “Russia’s New National Security Strategy: Toward a Medvedev Doctrine?”, Real Instituto Elcano, Madrid.
- Moreira, Adriano (2010) – “A Crise, a Segurança, a Mudança”, in revista *Estudos do século XX n°10*, Classe de Letras, Academia das Ciências de Lisboa.
- Nilsson, Niklas (2013) – “The International Dimension of Georgia’s Domestic Infighting”, in Central Asia-Caucasus Analyst”, Ed CACS, Washington.

Oliker, Olga and Szayna Thomas S. (2003) – “Faultlines of conflict in Central Asia and the south Caucasus, implications for the U.S. Army”, RAND Arroyo Center, St. Mónica.

Paulo, Jorge Silva (2008) – “O uso Preventivo da Força”, in Revista IDN nº120 (pp.27-49), Lisboa.

Popjanevski, Johanna (2012) – “Challenges and Opportunities in Georgia’s difficult Transition”, in Central Asia-Caucasus Analyst”, Ed CACS, Washington.

Rigueira, Paulo (2011) – “Sovereignty and Human Rights: External, Internal and Structural Reconfigurations”, IPRIS-Portuguese Journal of International Affairs, Lisboa.

Shapiro, Ariela (2013) – “Ivanishvili and the Georgian-Orthodox Church: An Alliance Atarting to Sour?”, in Central Asia-Caucasus Analyst”, Ed CACS, Washington.

Tardieu, Jean-Philippe (2009) – “Russia and the “Eastern Partnership” after the war in Georgia, in Revista IFRI nº43, Paris.

Tomé, Luis (2007) – “O Grande Jogo Geopolítico nos Espaços do “Espaço Pós-Soviético”, in Revista Geopolítica n.1 (pp.187-240), Aveiro.

Wooden, Amanda and Stefes, Christoph H. (2009) – “The Politics of Transition in Central Asia and the Caucasus”, Ed. Routledge – Taylor & Francis Group, NY.

IMPrensa:

Henriques, Francisca Gorjão (2009) – “Turquia e Arménia assinam acordo que põe fim a um século de Hostilidades”, Jornal “Público” online, Lisboa.

Kelin, Andrei (2005) – “A Cooperação OTAN-Rússia na luta contra o terrorismo”, in Notícias OTAN online.

Khaduri, Nodar (2010) – “Economic System in Georgia”, in “Moving Closer to Europe? Economic and Social Policies in Georgia, Armenia and Azerbaijan”, Centre for Economic Problems Research, Tbilisi, Georgia.

OSCE (2008) – “Human Rights in the war – affected areas following the conflict in Georgia”, Office for Democratic Institutions and Human Rights, Warsaw.

Panjikidze, Maia – Ministra dos Negócios Estrangeiros da Geórgia (2013) – Entrevista: “A Geórgia não pertencerá a nenhuma aliança que não seja a UE ou a NATO”, in Jornal “Público” (8 de abril de 2013, p.22), Lisboa.

Rubanov, Ivan (2013) – “Alerta Vermelho para a Gazprom”, in jornal “Courier Internacional”, Fevereiro 2013 nº 204, Impresa publishing, Lisboa.

REFERÊNCIAS WEB:

Administração de Informação de Energia por Países: www.eia.com

Banco Mundial: www.worldbank.org

Banco Nacional da Geórgia: www.nbg.gov.ge

Central Intelligence Agency: www.cia.gov

Centro Europeu para as Questões das Minorias: www.ecmi.de

Estatística Económica: www.econstats.com

Estatística da População por Países: www.citypopulation.de

Fomento Monetário Internacional: www.imf.org

Governo da Geórgia: www.georgia.gov.ge

Governo da Rússia: www.archive.kremlin.ru

Governo dos EUA: www.state.gov

Instituto de Estatística da Geórgia: www.geostat.ge

Mapas: www.conflicts.rem33.com

Organização das Nações Unidas (Comissariado para os Refugiados): www.unhcr.org

Organização do Tratado do Atlântico Norte: www.nato.int

Presidência dos EUA (Casa Branca): www.whitehouse.gov

Serviço de Estatística do Estado Federal Russo: www.gks.ru

União Europeia: www.ec.europa.eu

ANEXO 1

Em entrevista pessoal concedida pelo Senhor Professor Adriano Moreira no dia 23 de Junho de 2013 no seu gabinete na Academia de Ciências de Lisboa. O tema da dissertação desta tese serviu de base à entrevista onde foi solicitado que fosse analisado um trajeto possível das relações futuras da Federação Russa com os Estados independentes do Cáucaso do Sul.

O parecer do Senhor Professor é apresentado da seguinte forma:

“A coincidência do Estado na Nação exposta no 14º ponto de Wilson reflete a distinção do conceito de evolução ocidental. A mudança na história transferiu o poder monárquico para a supremacia dos povos e legitimidade do poder pois o Estado antecede a Nação e dá-lhe origem. Este desenvolvimento implicou a destruição dos Estados Plurais (ex: Monarquia Austro-Húngara) onde o poder político dominava e governava em simultâneo várias nações. A tendência para a desilusão do modelo foi acompanhada pelo desenvolvimento do direito internacional no sentido westfaliano da soberania ser entendida como a salvaguarda da jurisdição interna e não agressão externa.

A ONU quebrou a garantia soberana quando permitiu a hierarquia das nações dentro da organização e no CS. Promoveu a desigualdade entre os Estados. Além deste desvio, criou-se o direito de ingerência (proposto pelo presidente francês Mitterrand). O poder/dever de ingerência é utilizado sob a suspeição dos interesses do interventor. Desenvolveu-se o Princípio da Desigualdade do poder de cada Estado. Alguns tiveram a cautela de formar no nome a certeza de que não havia um Princípio de Igualdade. (ex: Principado do Liscentein e a Santa Sé/Vaticano que não tem território, tem casas).

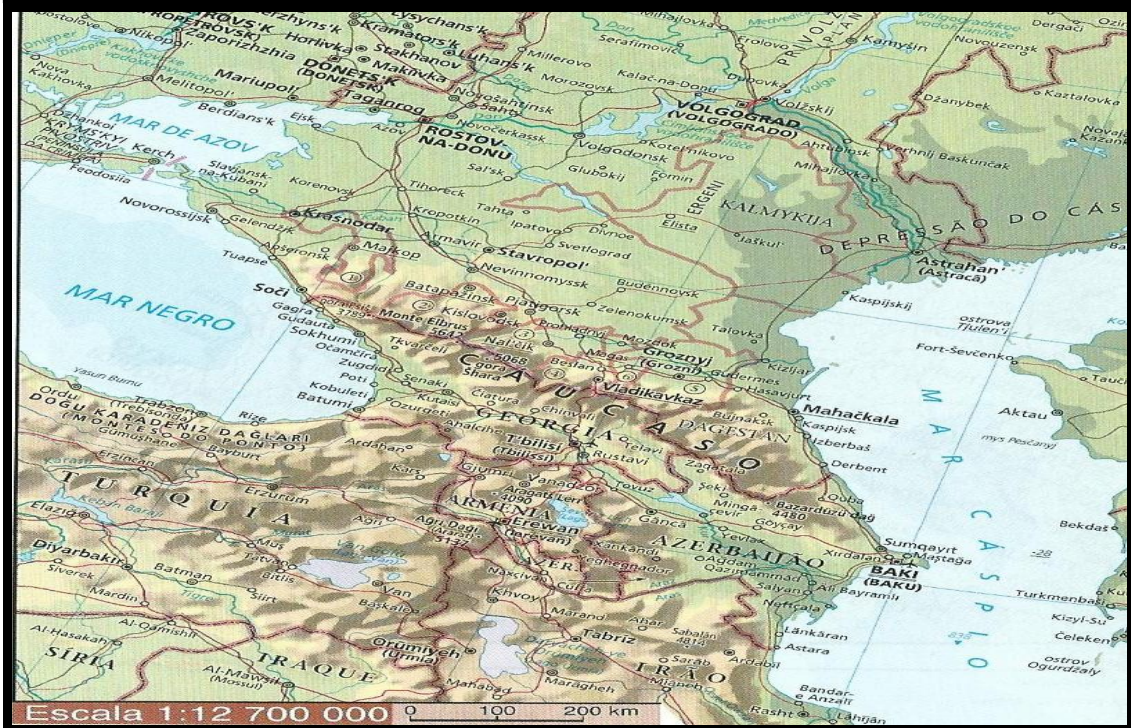
Os Estados supunham ter ganho a Guerra 1939-45 e perceberam que precisavam de se regionalizar, incluindo vários no mesmo modelo político. A criação da UE é uma referência da regionalização (ex: África e América Latina). No entanto, a sua capacidade é consultiva e dissolvente. Os Estados começaram a sentir pressão interna para que se concretizem separações (ex: Espanha, Inglaterra, França). Neste sentido, não há conhecimento suficiente para prever o resultado final. Contudo, a UE deve estar no CS da ONU como representante da região europeia.

A região do Cáucaso do Sul sofre os problemas da Federação Russa em aceitar a dissolução da União Soviética. O seu federalismo era uma espécie de Império Austro-Húngaro em sistema soviético. Na realidade era de submissão.

A ideia de superioridade dura mais do que os factos. A Rússia não perde a ideia e procura mantê-la. Poderá experimentar várias formas para o conseguir: a aliança, a hegemonia ou tratado de livre circulação. Os grandes Estados como a Rússia têm dificuldade em reconhecer a perda de poder. Governa em democracia pela maioria dos interesses por isso, pode desenvolver um regionalismo específico”.

Mapa 1 – O Cáucaso “Físico”.

Fonte: Monteys, Mónica (2005) – “Ásia Ocidental, Geografia Universal”, Ed. De Agostini



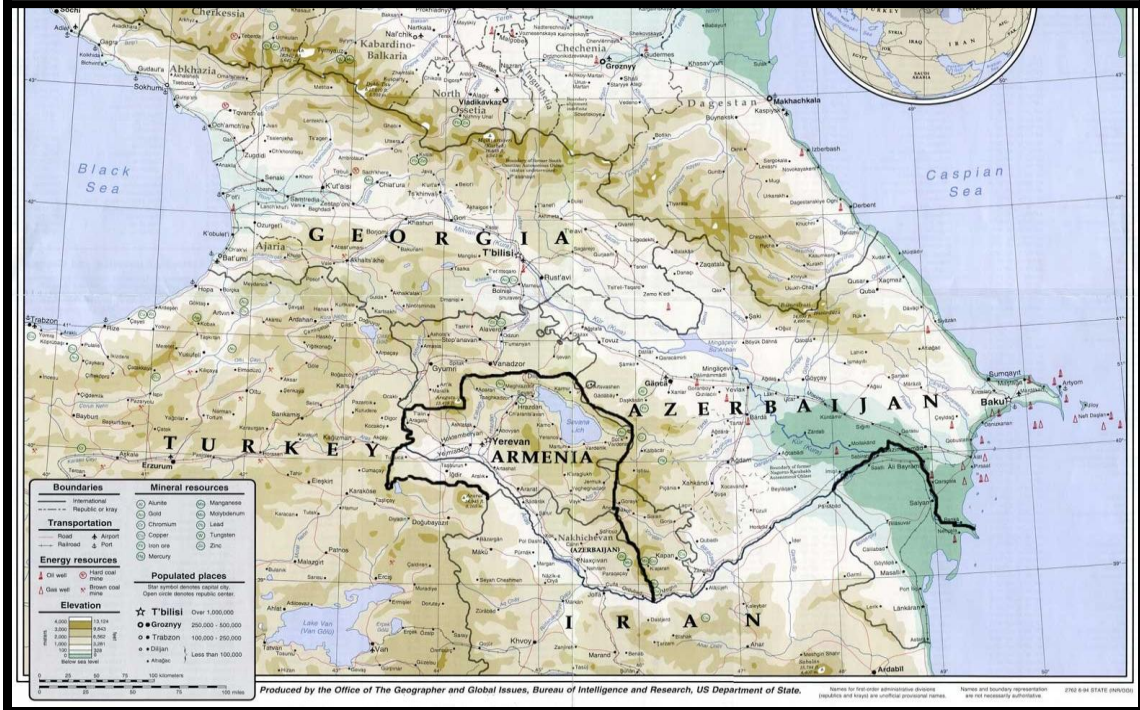
Mapa 2: Reino de Colchis e da Ibéria

Fonte: www.conflicts.rem33.com



Mapa 3: Tratado de Turkmanchai de 1828

Fonte: US Department of State, Bureau of Intelligence and Research

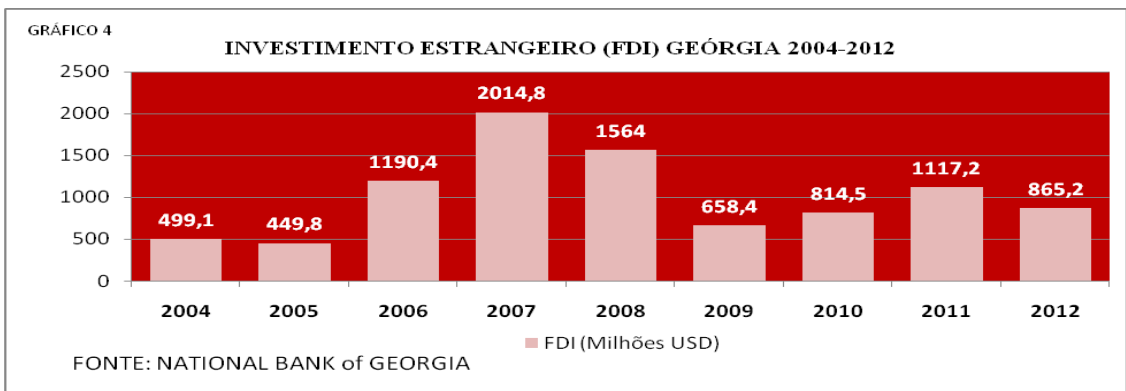
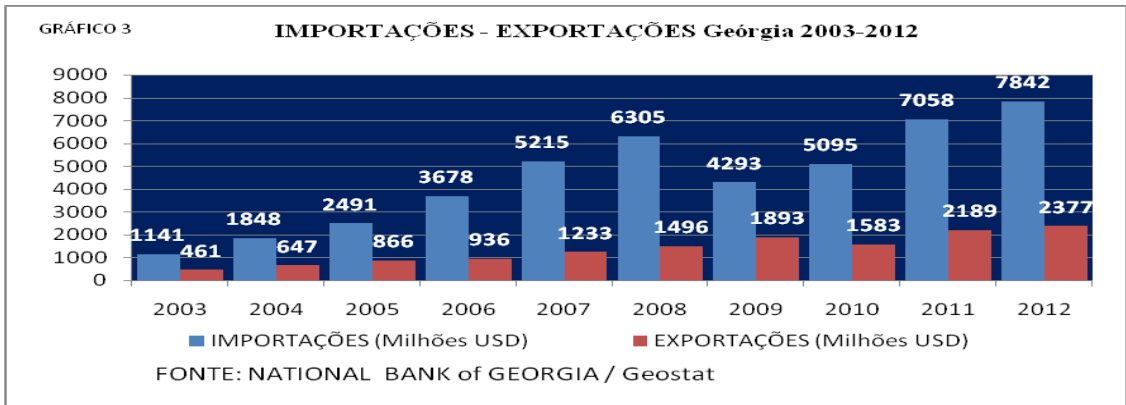
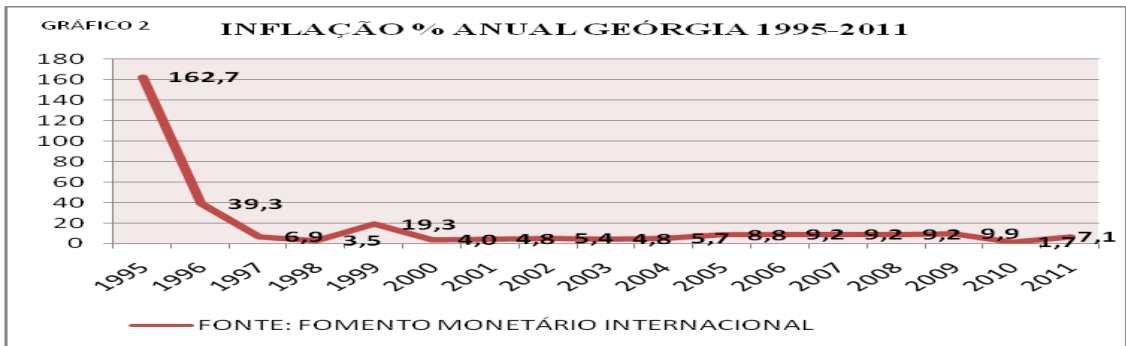
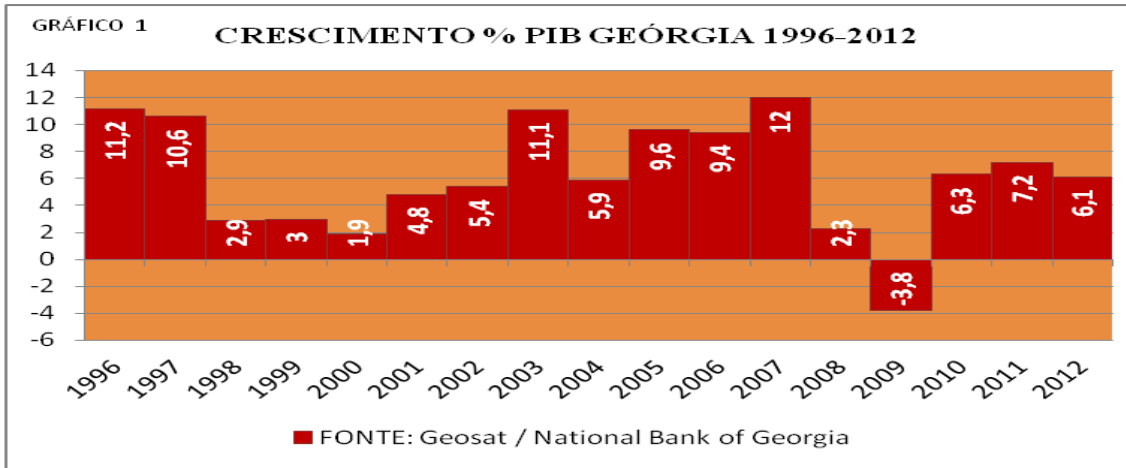


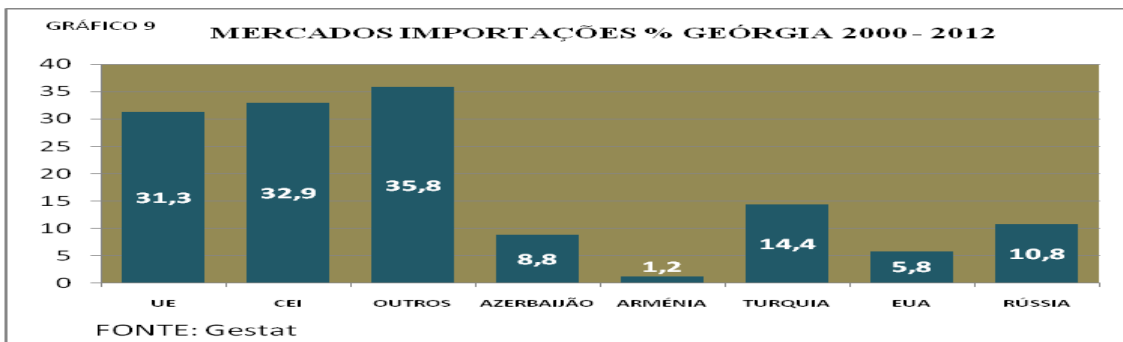
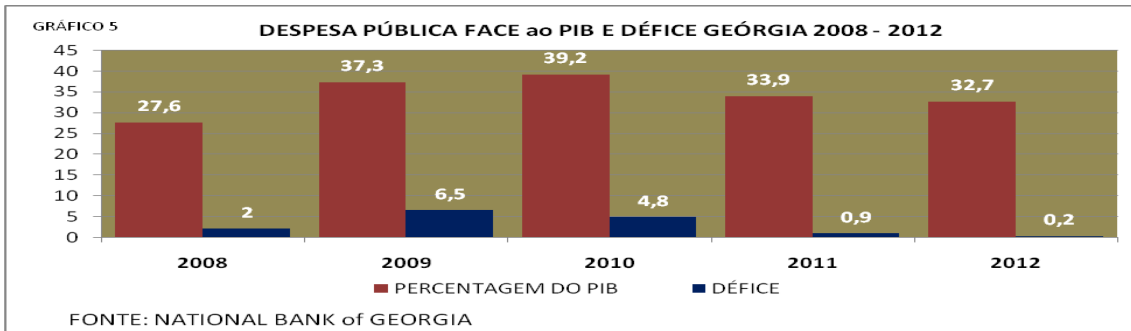
Mapa 4 – Oleodutos e Gasodutos da Região do Mar Cáspio.

Fonte: AFP, Agence France Press.



ANEXO 3





ANEXO 4

Tabela 1 – Composição Étnica das Repúblicas Soviéticas do Cáucaso do Sul (1989)				
Azerbaijão		Geórgia		Arménia
Total 7 021 000		Total 5 401 000		Total 3 305 000
Azeris 82,6%	Georgianos 70%	Gregos 1,8%	Arménios 93,3%	
Russos 5,5%	Arménios 8%	Abcazes ,7%	Azeris 2,5%	
Arménios 5,5%	Russos 6,3%	Ucranianos ,9%	Curdos 1,6%	
Ucranianos 0,4%	Azeris 5,7%	Curdos 0,6%	Russos 1,5%	
Georgianos 0,1%	Ossetas 3%	Outros 2%	Ucranianos 0,2%	
Outros 5,9%			Gregos 0,1%	
			Outros 0,8%	
<p>Fonte: Touraj Atabaki (2005), “Transnationalism and Diaspora in Central Asia and the Caucasus”, in Central Asia and the Caucasus, pp.1-9.</p>				

Tabela 2 – População do Cáucaso do Sul (2012)

Azerbaijão		Geórgia		Arménia	
Total 9 493 600		Total 4 795 000		Total 2 970 495	
Azeris	90,6%	Georgianos	83,8%	Arménios	97,4%
Daguestões (Russos)	2,2%	Azeris	6,5%	Yezedis (Curdos)	1,3%
Russos	1,8%	Arménios	5,7%	Russos	0,9%
Arménios	1,5%	Russos	1,5%	Outros	0,4%
Outros	3,9%	Outros	2,5%		

Fonte: Azerbaijão e Arménia: CIA, Factbook (2012)

Georgia: State Department for Statistics of Georgia (2012).

Tabela 3 – Evolução dos Grupos Étnicos Separatistas na Geórgia

População	1989	2002	2008	2012
Georgia	Total 5 400 842	Total 4 658 000	-----	Total 4 795 000
Abcazia	525 061 (9, 7%)	215 972(4, 64%)	233 500	242 862(5, 1%)
Ossétia do Sul	86 454 (1, 6%)	70 000 (1, 5%)	-----	55 000(1, 1%)
Abcazes fora da Abcazia na Georgia	-----	-----	-----	3 500 (0,08%)
Ossétas fora da Ossétia na Georgia	-----	-----	-----	38 000 (0,9%)

Fonte: The UN Refugee Agency.

Tabela 4 – Representação Étnica na Abcázia e Ossétia do Sul

Etnicidade Abcazia	2012	Etnicidade Ossétia Sul	2002
Abcazes	122069 (50,71%)	Ossetas	47 000 (67,1%)
Georgianos	43166 (17,93%)	Georgianos	17 500 (25%)
Russos	22077 (9,17%)	Russos	2 100 (3%)
Arménios	41864 (17,39%)	Arménios	900 (1,3%)
Gregos	1380 (1,13%)	Judeus	650 (0,9%)
Turcos (Mingrelians)	3201 (1,33%)	Outros	1 850 (2,6%)

Fonte: Geostat.